



Empresa de Planejamento e Logística S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Brasília-DF, 2016.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e da Portaria-TCU nº 321/2015, bem como orientações complementares do Sistema de Prestação de Contas (E-contas).

Assessoria de Estratégia e Organização
Brasília, 2016.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	6
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE FIGURAS	10
1. APRESENTAÇÃO	11
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE	12
2.1 Finalidade e Competências	12
2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade	13
2.3 Ambiente de Atuação	14
2.4 Organograma	16
2.5 Macroprocessos Finalísticos	17
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	23
3.1 Planejamento Organizacional	23
3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	24
3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	26
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	27
3.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	27
3.2 Desempenho Orçamentário	28
3.2.1 Informações sobre a execução das despesas	29
3.2.2 Desempenho Operacional	33
4. GOVERNANÇA	35
4.1 Descrição das Estruturas de Governança	35
4.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados	37
4.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	38



Empresa de Planejamento e Logística

4.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	40
4.5 Gestão de Riscos e Controles Internos.....	41
4.6 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados.....	41
4.7 Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada.....	46
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	48
5.1 Canais de Acesso do Cidadão	48
5.1.2 Registro de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/encaminhamento das demandas apresentadas.....	48
5.1.3 Possíveis alterações dos procedimentos adotados pela unidade decorrente das informações disponibilizadas nos canais de acesso.....	48
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão	49
5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	49
5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade	49
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	50
6.1 Desempenho Financeiro no Exercício	50
6.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	50
6.3 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.....	51
6.4 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas.....	51
7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	52
7.1 Gestão de Pessoas.....	52
7.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.....	53
7.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	54
7.1.3 Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal	55
7.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários	55
7.1.4.1 Contratação de Pessoal de Apoio.....	55
7.1.4.2 Contratação de Estagiários.....	56



7.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	56
7.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	56
7.3 Gestão da tecnologia da informação	57
7.3.1 Principais Sistemas de Informações.....	58
7.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	60
7.4 Gestão ambiental e sustentabilidade	60
7.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras	60
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	62
8.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	62
8.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	62
8.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	62
8.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	62
8.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	63
8.6 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda.....	64
9. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES.....	65
9.1 Integridade e Completude do Atendimento dos Requisitos da Lei nº 8.730/1993 quanto à Entrega das Declarações de Bens e Rendas	65
9.2 Integridade e Completude dos Registros de Informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	66
9.3 Relatório de Instância ou Área de Correição	66
ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	68
A.1.1 Balanço Patrimonial	68
A.1.2 Demonstrações de Resultado	69
A.1.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	70



A.1.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa	71
A.1.5 Demonstração do Resultado Abrangente	72
A.1.6 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2015	73
ANEXO II – PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	88
ANEXO III - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	89
ANEXO IV - PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	93
ANEXO V - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	94
ANEXO VI – DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE.....	96

LISTA DE SIGLAS

AGO	Assembleia Geral Ordinária
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ARC	Administração de Riscos Corporativos
ASGER	Assessoria de Gestão de Resultados da EPL
ASJUR	Assessoria Jurídica da EPL
ASRIC	Assessoria de Relações Institucionais e Cidadania
AUDINT	Auditoria Interna da EPL
BR GAAP	<i>Brazilian Generally Accepted Accounting Principles</i>
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CEP	Comissão de Ética Pública
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CONFIS	Conselho Fiscal da EPL
CONIT	Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte
CONSAD	Conselho de Administração da EPL
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPGF	Cartão Pagamento do Governo Federal
CSIC	Comitê de Segurança da Informação e Comunicação
CTI	Comitê de Tecnologia da Informação
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DGE	Diretoria de Gestão da EPL
DPL	Diretoria de Planejamento da EPL
DIREX	Diretoria Executiva da EPL
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU	Diário Oficial da União
EA	Estudo Ambiental
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EGPP	Escritório de Gerenciamento de Projetos
EGTI	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EPL	Empresa de Planejamento e Logística
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
ETAV	Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A.
EVTEA	Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental
FAP	Formulário de Solicitação de Abertura de Processos
FCA	Ficha de Caracterização da Atividade
GAB	Gabinete da Diretoria da EPL
GEDOC	Gerência Documental



GEFIN	Gerência de Finanças
GEINF	Gerência de Infraestrutura
GEINV	Gerência de Investimentos e Riscos
GEMAB	Gerência de Meio Ambiente da EPL
GENEC	Gerência de Estruturação de Negócios
GEPES	Gerência de Pessoas
GELOG	Gerência de Serviços Logísticos
GESUP	Gerência de Suprimentos da EPL
GETIC	Gerência de Tecnologia da Informação
GPDL	Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento Logístico
GPDT	Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
GSI/PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
INECO	<i>Ingeniería y Economía del Transporte</i>
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
LAI	Lei de Acesso à Informação
LI	Licença de Instalação
LOA	Lei Orçamentária Anual
LP	Licença Prévia
MT	Ministério dos Transportes
ONTL	Observatório Nacional de Transporte e Logística
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PDTI	Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PETI	Planejamento Estratégico de TI
PIL	Programa de Investimentos em Logística
PGP	Padrão Gerencial de Processo
PLS	Plano de Logística Sustentável
PMIs	Procedimentos de Manifestações de Interesse
PNLI	Plano Nacional de Logística Integrada
POP	Procedimento Operacional Padrão
RAE	Reunião de Acompanhamento Estratégico
RAINT	Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna
RI	Regulamento Interno da EPL
RIMA	Relatórios de Impacto Meio Ambiente
RP	Restos a Pagar
SGDOC	Sistema Gerenciador de Documentos e Processos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento



SISP	Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática
SLTI/MPOG	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
TAV	Trem de Alta Velocidade
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UnB	Universidade de Brasília
UPC	Unidade Prestadora de Contas
VALEC	Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos Identificadores da UPC	12
Quadro 2 - Informações sobre as áreas ou subunidades estratégicas	17
Quadro 3 – Situação dos Licenciamentos Ambientais	19
Quadro 4 - Macroprocessos Finalísticos	22
Quadro 5 - Relatório da Execução Orçamentária Financeira – 2015	28
Quadro 6 - Despesas por modalidade de contratação	29
Quadro 7 - Despesas por grupo e elemento de despesa	31
Quadro 8 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	43
Quadro 9 - Síntese da Remuneração dos Administradores	44
Quadro 10 - Serviços da Auditoria Independente	46
Quadro 11 - Informações Econômico-Financeiras EPL 2015	50
Quadro 12 - Força de Trabalho da UPC	53
Quadro 13 - Distribuição da Lotação Efetiva	53
Quadro 14 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	54
Quadro 15 - Despesas do pessoal	54
Quadro 16 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	55
Quadro 17 - Adoção do Decreto nº 7.746/2012 nos Editais de Licitação	61
Quadro 18 - Contrato abrangido pela Desoneração da Folha de Pagamento	63



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral da EPL 2015.....	16
--	----



1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da EPL contempla as principais atividades e ações realizadas pela Empresa no exercício de 2015. A elaboração do Relatório de Gestão seguiu as determinações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 146/2015, bem como na Portaria TCU nº 321/2015.

O Relatório de Gestão e as informações suplementares obedeceram às orientações e estrutura de conteúdos definida no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

No ano de 2015, a Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) deu início a um novo ciclo de revisão do seu processo de planejamento e gestão estratégica, buscando o fortalecimento e alinhamento da estratégia organizacional da Empresa às prioridades do Ministério dos Transportes/Governo Federal.

A modernização institucional abarcou ainda o mapeamento e otimização dos processos de trabalho mais relevantes, em busca de maior eficiência na realização destes trabalhos, com destaque para os processos associados à área corporativa.

Para cumprir sua missão e seus objetivos estratégicos, a Empresa desenvolveu diferentes atividades para o aprimoramento do planejamento integrado da logística nacional. A estruturação de ferramenta de planejamento que permite gerar cenários de demanda para a logística nacional e a publicação do Relatório de Desenvolvimento do PNLI - Fase 1, são marcos relevantes neste processo, materializando o trabalho empreendido nesta área pela EPL desde sua criação.

Para apoiar este processo, a EPL desenvolve estudos específicos e parcerias com outras instituições, com ênfase naqueles relacionados ao Programa de Investimento em Logística (PIL). A EPL atuou como empreendedora ambiental, tanto nas concessões de rodovias e ferrovias inseridas no PIL 2012-2014, quanto na versão do programa que abrange o período 2015-2018. Nesta atividade, foram obtidos licenciamentos ambientais para a execução de obras nas rodovias concedidas, viabilizando, desta maneira, a realização do programa de duplicação de rodovias do país.

A participação da EPL na Comissão de Seleção das PMIs (Propostas de Manifestação de Interesse) do PIL Rodovias e Ferrovias também foi atividade relevante desempenhada pela Empresa em 2015, contribuindo para a estruturação de projetos para concessão. A Empresa vem paulatinamente aprimorando sua capacidade e instrumentos para apoiar a realização de projetos e estudos adequados.

Em suma, no ano de 2015, a EPL mais uma vez buscou contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de transportes do Brasil, propondo intervenções, obtendo licenciamentos ambientais e participando da estruturação de projetos de concessão, mediante a utilização das melhores práticas de planejamento e projeto.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

Quadro 1 - Elementos Identificadores da UPC

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério dos Transportes		Código SIORG: 119672	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Empresa de Planejamento e Logística S.A.			
Denominação Abreviada: EPL			
Código SIORG: 119672	Código LOA: 39253	Código SIAFI: 395001	
Natureza Jurídica: Empresa Pública		CNPJ: 15.763.423/0001-30	
Principal Atividade: Transporte Ferroviário de Passageiros Intermunicipal e Interestadual		Código CNAE: 49.12-4-01	
Telefones/Fax de contato:	(61) 3426-3727	(61) 3426-3719	(61) 3426-3715
Endereço Eletrônico: agenda@epl.gov.br			
Página na Internet: http://www.epl.gov.br			
Endereço Postal: SCS Quadra 9, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate , Torre C - 7º e 8º andares Brasília/DF – CEP 70.308-200			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
395001	Empresa de Planejamento e Logística S.A.		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
39253	Empresa de Planejamento e Logística S.A.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
395001		39253	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	-		

2.1 Finalidade e Competências

A EPL, conforme descrito na Lei nº 12.404, de 4 de maio de 2011, com redação dada pela Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012, tem por finalidade a realização dos seguintes objetos:



Objeto I - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias;

Objeto II - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroaviário.

Nesse sentido, a EPL é uma empresa estatal que tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no país, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias.

Sob demanda e mediante contratação, a EPL planeja e estrutura projetos a serem executados pelos respectivos órgãos de cada setor e poderá celebrar contratos e convênios com instituições científicas e tecnológicas voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, absorção, transferência e licenciamento de tecnologias. A Empresa assumiu também a função de empreendedor, para efeito de licenciamento ambiental, nos projetos de rodovias e ferrovias.

2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

A EPL é vinculada às seguintes normas relacionadas à sua criação e alteração:

- (i) Lei nº 12.404, de 4 de maio de 2011, com redação dada pela Lei nº 12.743, de 2012, a qual autoriza a criação da EPL;
- (ii) Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012, a qual altera as Leis nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e nº 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV) para EPL, e ampliar suas competências; e revoga dispositivo da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008; e
- (iii) Decreto nº 7.755, de 14 de junho de 2012, o qual cria a ETAV, especifica o seu capital social e dá outras providências.

Com relação à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas (UPC), têm-se as seguintes normas infralegais:

- (i) Estatuto Social da Empresa de Planejamento e Logística, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 6 de setembro de 2012; e
- (ii) Resolução CONSAD nº 002, de 19 de dezembro de 2013, o qual aprova o Regimento Interno da Empresa de Planejamento e Logística S.A.



A EPL possui diversos normativos, manuais e procedimentos internos relacionados às atividades da empresa, dentre os quais destacamos:

- (i) Norma Interna de Padronização de Siglas (NI-002-2014-GEDOC);
- (ii) Norma Interna de Atos Administrativos (NI-001-2014-GEDOC);
- (iii) Manual de Auditoria Interna, de 10/12/2014;
- (iv) Manual de Fiscalização e Gestão de Contratos (RI-001-2014-GESUP);
- (v) Padrão Gerencial de Processo sobre Obter e Manter Licenças Ambientais (PGP-001-01);
- (vi) Procedimento Operacional Padrão sobre Elaboração de Termo de Referência/Projeto Básico para Licitação (POP-001A-01-GESUP);
- (vii) Procedimento Operacional Padrão sobre Elaboração de Atos Preparatórios para Licitações Processadas pelo RDC (POP-002-01-GESUP);
- (viii) Procedimento Operacional Padrão sobre Conferência de Processo de Licitação (POP-003-GESUP);
- (ix) Procedimento Operacional Padrão sobre Programação financeira-gerencial elaborada (POP-001-2014-GEINV); e
- (x) Procedimento Operacional Padrão para Fiscalização de Contratos (POP-001-2013-GESUP).

2.3 Ambiente de Atuação

Em 2012, com a criação da EPL, o governo buscou suprir a necessidade de uma instituição que concentrasse esforços visando oferecer subsídios para a integração das políticas de transportes entre os diferentes modais, setores e governos regionais.

Nesse sentido, a EPL é uma empresa pública criada com o objetivo de prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, bem como planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade no Brasil.

No seu ambiente de atuação, por via de regra, orbita o sistema de instituições e órgãos públicos que possuem necessidade de produtos e serviços relacionados à logística e a infraestrutura de transportes.

A EPL possui competências para atuar sob demanda, podendo prestar serviços a órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios sendo que, para sua contratação, dispensa-se licitação quando o objeto for a realização de atividades pertinentes ao seu objeto. Assim, dentre outras atividades, a EPL desenvolve estudos de curto, médio e

longo prazos, necessários à elaboração de planos de expansão da infraestrutura dos setores de logística e transporte, obtém licenças ambientais necessárias aos empreendimentos na área de infraestrutura de transporte e acompanha a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados.

Em outra vertente, a EPL também atua por iniciativa própria ao elaborar, por exemplo, estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes.

Em suma, as principais atividades relacionadas ao ambiente de atuação da EPL referem-se a licenciamentos ambientais de empreendimentos de infraestrutura; propostas para Planos de Logística e de Transportes; estudos para o aperfeiçoamento e criação de novos regulamentos e regras para o setor de transportes; bem como estudos relacionados ao transporte ferroviário de alto desempenho.

A EPL tem como principais clientes o Ministério dos Transportes (MT), ao qual está vinculada, e as demais entidades ligadas àquele Ministério. Dentre outros, destacam-se os seguintes relacionamentos:

- (i) Apoio técnico aos órgãos responsáveis pela modelagem econômica, financeira e jurídica das concessões de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos previstas no PIL, bem como na obtenção do licenciamento ambiental necessário à realização de duplicações e melhorias nas rodovias a serem concedidas no âmbito do programa;
- (ii) Participação nas Comissões Tripartites de análise dos PMI para a elaboração de projetos vinculados a concessões públicas. As Comissões Tripartites devem indicar ao MT os melhores estudos a serem utilizados como referência para as futuras concessões; e
- (iii) Na concepção, planejamento e execução das atividades necessárias à institucionalização do PNLI, o qual deverá, quando concluído, transformar, em um processo permanente, o planejamento governamental relacionado à infraestrutura e aos serviços de transportes.

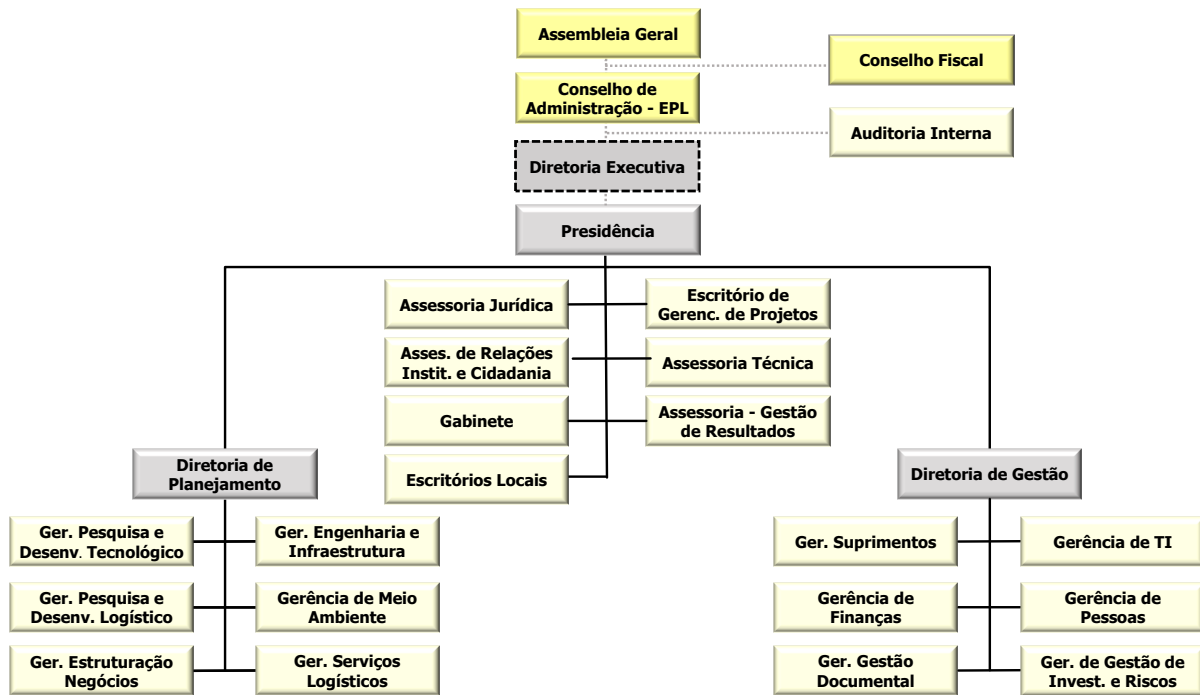
A materialização das ações derivadas do planejamento da Empresa depende de políticas governamentais e contextos econômicos que propiciem a realização de intervenções públicas estruturantes. Neste sentido, as maiores ameaças enfrentadas pela EPL relacionam-se a imprevistos orçamentários que possam prejudicar a execução de políticas públicas de transportes.

As oportunidades, por sua vez, concentram-se na necessidade constante da execução de atividades de planejamento de logística e de transportes, em todos os níveis de governo, aliada à disponibilidade interna de um corpo funcional especializado, o qual tem capacidade para atender essas necessidades específicas com qualidade e prazos adequados.

2.4 Organograma

Na Figura 1 abaixo, estão representadas, por meio do Organograma Geral da EPL, todas as unidades organizacionais da empresa no exercício de 2015, que totalizam um quadro de 159 (cento e cinquenta e nove) colaboradores.

Figura 1 - Organograma Geral da EPL 2015



A EPL conta ainda, em suporte à Presidência, com a assessoria de duas áreas consideradas estratégicas para a empresa: a Assessoria de Gestão de Resultados (ASGER) e o Escritório de Gerenciamento de Projetos (ESGPP). No Quadro 2 abaixo, estão descritas as principais competências dessas áreas.

Quadro 2 - Informações sobre as áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Assessoria de Gestão de Resultados (ASGER)	A Assessoria elabora e gerencia o Planejamento Estratégico da EPL, bem como realiza a gestão de processos e resultados da EPL; mapeia, documenta e mantém atualizada a cadeia de processos da EPL, além de coordenar a elaboração dos Relatórios de Gestão, de Prestação de Contas Anual e de Administração da EPL.	Julian Marcondes Viana de Assis	Assessor IV	24/02/2014 até o momento
Escritório de Gerenciament o de Projetos (ESGPP)	O Escritório dá suporte ao planejamento e acompanhamento de projetos; realiza o monitoramento e controle com as equipes e gerentes do projeto, bem como atualiza cronogramas e escopos de projetos, realizando as medições de desempenho.	Fernando Fabrício de Melo	Coordenador I	13/04/2015 até o momento

2.5 Macroprocessos Finalísticos

Os processos finalísticos que se destacaram no ano de 2015 foram: Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI); Licenciamentos Ambientais de Concessões; e Análise de Estudos de Concessões.

Apresentamos, a seguir, o estágio da implantação dos macroprocessos finalísticos destacados, bem como descrevemos, resumidamente, as atividades relacionadas a cada um deles.

(i) Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI)

A EPL vem desenvolvendo conhecimento específico e ferramentas de logística com o objetivo de dotar o país da base técnica requerida para aprimorar o seu processo de planejamento em logística. O PNLI pretende ser o principal instrumento para o alcance deste objetivo, viabilizando aprimoramentos contínuos no processo de planejamento da logística brasileira.



Em 2015, a EPL consolidou a ferramenta de simulação de demanda que viabiliza a geração de diversos cenários alternativos para o sistema de transporte. Também foi elaborado o Relatório de Desenvolvimento - Fase 1 (disponível no sítio eletrônico desta EPL – www.epl.gov.br) relativo ao planejamento e execução das ações para uso e validação desta ferramenta. Este Relatório apresenta os principais resultados das pesquisas realizadas em rodovias, aeroportos e com embarcadores, a modelagem macroeconômica e a modelagem de transporte.

Como parte do desenvolvimento dos trabalhos foram elaboradas as bases para a concepção e carregamento de alternativas para rede multimodal de transporte, capazes de minimizar ou eliminar os gargalos físicos detectados para cada um dos modos utilizados para a movimentação de cargas.

Além disso, foram considerados os custos de toda a cadeia logística entre as origens e os destinos dos fluxos de transporte, o que implicou identificar e planejar alternativas, buscando eliminar as dificuldades causadas por gargalos físicos e por ineficiências energéticas e de produtividade nas operações.

O resultado dos testes demonstrou o potencial de utilização da ferramenta de simulação para o planejamento de sistemas de transporte, com a utilização de modais de alta capacidade e menor custo de transporte, integrados com a malha rodoviária.

Considerando que o PNLI é um processo dinâmico, em constante atualização, foram iniciados, também no ano de 2015, os trabalhos visando à continuidade da análise de propostas para integração do transporte ferroviário e do transporte rodoviário com os portos concentradores de carga e com a navegação de cabotagem.

Tais medidas serão de fundamental importância no planejamento estratégico da infraestrutura de transporte, visando avaliar os impactos decorrentes dos projetos de expansão das malhas ferroviária e hidroviária na captação de cargas pelas alternativas multimodais, permitindo a mensuração dos resultados gerados pelos projetos de infraestrutura.

Buscando o aprimoramento contínuo do processo de planejamento, a EPL deu início a tratativas com diferentes instituições visando à celebração de acordos que poderão contribuir para a obtenção de informações, dados e metodologias adequadas ao PNLI.

(ii) Licenciamentos Ambientais de Concessões

Em decorrência do trabalho realizado pela EPL como empreendedor ambiental, foi possível obter condições para o licenciamento das rodovias inseridas no PIL, garantindo a consecução do programa de duplicação de rodovias do país.

A EPL já viabilizou a emissão de 4 (quatro) Licenças de Instalação para as seguintes rodovias: BR 050 GO/MG; BR 153/262 GO/MG; BR 163 MS; e BR 163 MT. Foi ainda obtida a Licença Prévia da BR 040 DF/GO/MG.

Os demais empreendimentos rodoviários e ferroviários do PIL encontram-se em diferentes fases de licenciamento que serão levados a termos nos anos de 2016/2017.

Quadro 3 – Situação dos Licenciamentos Ambientais

Fase	Rodovia/Ferrovia	Situação
PIL 2012 - 2014	BR-050/GO/MG	Emitida Licença de Instalação nº 1045/2015 em 23/01/2015
	BR-153/262/MG	Emitida Licença Prévia nº 505/2015 em 31/03/2015
		Emitida Licença de Instalação nº 1088/2015 em 04/11/2015
	BR-163/MS	Emitida Licença Prévia nº 507/2015 em 12/06/2015
		Emitida Licença de Instalação nº 1083/2015 em 29/10/2015
	BR040/DF/GO/MG	Licença Prévia nº 519/2015 emitida em 28/10/2015
	BR 163 MT	Emitida Licença de Instalação nº 651883/2015 em 23/03/2015
	BR153/TO/GO	Estudos Ambientais (EIA-RIMA) encaminhados para avaliação do IBAMA
BR 116/MG	Estudos Ambientais em fase de conclusão	
PIL 2015 - 2018	Açailândia (MA) - Barcarena (PA)	Estudos Ambientais (EIA-RIMA) em contratação pela EPL
	Lucas do Rio Verde (MT) – Itaituba (PA)	
	Estrela d’ Oeste/Três Lagoas	
	BR 476/153/282/PR/SC	Estudos Ambientais contratados
	BR 364/060/MT/GO	
	BR 364/365/GO/MG	Estudos Ambientais (EIA-RIMA) em contratação pela EPL
	BR101/BA	Estudos Ambientais (EIA_RIMA) em fase de conclusão
	BR262/MG	
	BR 262/MS	A EPL está executando os procedimentos exigidos para a contratação dos estudos ambientais.
	BR 267/MS	
	BR 364/RO/MT	
	BR 101/232/PE –	
	BR 101/116/290/386/RS -	
	BR-280/SC	
BR 470/282/SC		
BR101/493/465/RJ/SP		

(iii) Análise de Estudos de Concessões

O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), processo pelo qual a Administração Pública Federal convoca a iniciativa privada a apresentar, voluntariamente, estudos, projetos, levantamentos e investigações, tem a finalidade de estruturar projetos, geralmente de grande porte, com alto investimento e longo prazo de maturação, que poderão ser utilizados pela União, a seu critério, na conformação de concessões públicas.

O escopo dos estudos varia caso a caso, geralmente abrangendo estudos de demanda, de engenharia, de operação, de alternativas técnicas e de meio ambiente, além de modelagem econômico-financeira para o negócio. Importante frisar que a apresentação dos estudos pelo parceiro privado não impõe, ao Poder Público, a obrigação de realizar a licitação, tampouco implica preferência ou desvantagem ao privado no eventual processo licitatório. Contudo, caso os estudos sejam aproveitados em uma eventual licitação pública, o vencedor do certame assume a obrigação de reembolsar os custos de elaboração dos estudos ao seu executor.

A EPL participa das Comissões de Seleção de cada um dos projetos objeto de PMI Rodoviária e Ferroviária, responsáveis por avaliar e recomendar o estudo mais qualificado a ser empregado no procedimento licitatório às instâncias decisórias. A EPL também exerce o papel de fornecer os subsídios técnicos para o apoio às Comissões e para os posteriores aprimoramentos dos estudos selecionados com vistas às futuras concessões.

Em 2014, os PMI foram utilizados para elaboração de estudos para trechos rodoviários e ferroviários federais. Por meio dos Editais nº 001/2014 a 005/2014 o Ministério dos Transportes tornou público o chamamento para a elaboração de estudos para a concessão dos 5 (cinco) trechos rodoviários, a saber:

- BR-101/RJ, trecho correspondente à Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói/RJ);
- BR-476/PR, no trecho entre Lapa e União da Vitória; BR-153, no trecho entre União da Vitória e a divisa SC/RS; BR-282, no trecho entre o entroncamento com a BR-153 e o entroncamento com a BR-480; e BR-480, no trecho entre o entroncamento com a BR-282 e Chapecó/SC;
- BR-364/GO/MG, no trecho entre o entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) até o entroncamento com a BR-153/262 (Comendador Gomes/MG);
- BR-163/230/MT/PA, no trecho da BR-163 do entroncamento com a MT-220 até o entroncamento com a BR-230; e da BR-230 do entroncamento com a BR-163 (Campo Verde/MT) até Miritituba/PA; e
- BR-364/060/MT/GO, no trecho da BR-364 no entroncamento com a BR-163 (Rondonópolis/MT) até o entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO); e da BR-060 do entroncamento com a BR-364 (Jataí/GO) até Goiânia/GO.

Como base nos estudos recebidos, foi realizado, em 18 de março de 2015, o leilão para concessão da Ponte Rio-Niterói, resultando em um deságio de 37% sobre a tarifa de referência, com início da concessão em 1º de junho de 2016.

Os demais trechos tiveram seus estudos analisados, ajustados e aprovados em 2015 e encontram-se à disposição do Poder Público para avaliação das respectivas concessões rodoviárias.

No dia 10 de junho de 2015 foram lançados 11 (onze) novos editais de chamamento público e autorização para empresas privadas promoverem novos estudos técnicos e de viabilidade para as próximas concessões rodoviárias, os quais abrangem 4.371 km e somam R\$ 31,2 bilhões em investimentos, além de investimentos adicionais em concessões já existentes (R\$ 15,3 bilhões). Os trechos envolvidos são:

- BR-101/BA;
- BR-101/SC;
- BR-262/MS;
- BR-267/MS;
- BR-280/SC;
- BR-364/RO/MT;
- BR-101/232/PE;
- BR-262/381/MG;
- BR-282/470/SC;
- BR-101/493/465/RJ/SP; e
- BR-101/116/290/386/RS.

Os estudos correspondentes a esses novos trechos deverão ser entregues em 2016 para análise, ajustes e aprovação do Poder Público, ficando à disposição para utilização na estruturação dos futuros processos de concessão.

O mesmo procedimento vem sendo empregado nas ferrovias. Foram encaminhados no 2º semestre de 2015 três estudos no âmbito das PMIs para os seguintes trechos ferroviários: Açailândia/MA – Barcarena/PA; Estrela D'Oeste/SP – Três Lagoas/MS; e Lucas do Rio Verde/MT – Miritituba/PA.

Analogamente, ao setor rodoviário, a EPL integra as Comissões de Seleção e tem o papel de fornecer subsídios técnicos para a mesma e para o aprimoramento dos projetos de concessão. Destaque-se que em dois dos trechos acima a concessão prevista no PIL envolve a incorporação de trecho construído pela VALEC, requerendo estudos adicionais para sua realização, que contam com a participação da EPL.

De maneira a aperfeiçoar a realização de suas atividades, a EPL iniciou a estruturação de um banco de informações para projetos específicos. Tais informações fornecem conhecimento mais aprofundado da situação dos mesmos, viabilizando melhores concessões e criando uma metodologia para realização futura de estudos e projetos por parte da própria EPL, bem como dando maiores subsídios ao planejamento da logística nacional.

No Quadro 4, estão listados os principais insumos e fornecedores que concorreram para execução dos macroprocessos finalísticos priorizados em 2015, bem como os principais

parceiros externos que contribuíram para consecução dos resultados e serviços decorrentes de cada macroprocesso e conseqüentemente para a consecução dos objetivos da EPL.

Quadro 4 - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI)	Elaborar o Plano Nacional de Logística Integrada	Análise Preliminar de Previsibilidade Plano Nacional de Logística Integrada Proposto Análise dos Resultados do PNLI Conjunto de Lições Aprendidas	MT; CONIT.	DPL; GELOG; GEINF; GEPDL; GEMAB.
Licenciamentos Ambientais de Concessões	Elaborar estudos de viabilidade ambiental, obter e manter as licenças ambientais para os empreendimentos da EPL, ou de outros órgãos que necessitem deste serviço, viabilizando projetos que visem o desenvolvimento da logística e da mobilidade.	Contrato formalizado com empresa de consultoria ambiental Monitoramento da Gestão do Contrato Licenças obtidas Riscos ambientais gerenciados Informações e dados sobre os licenciamentos ambientais	MT; EPL.	GEMAB; Empresa Contratada; Órgãos Licenciadores; Demais órgãos envolvidos no licenciamento de projetos.
Análise de Estudos de Concessões	Concessões de Rodovias e Ferrovias do Programa de Investimento em Logística – PIL 1ª e 2ª etapas.	Metodologia para seleção dos estudos de PMI Trabalho de avaliação dos estudos	MT; EPL.	DPL GENEC GEINF Empresa Contratada Demais órgãos envolvidos na análise de PMIs.



3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento Organizacional

Em 2015, buscando o fortalecimento e alinhamento da estratégia organizacional da Empresa às prioridades do MT, a EPL deu início a um novo ciclo de revisão do seu processo de planejamento e gestão estratégica.

Nesse sentido, identificou-se a necessidade de revisão do mapa estratégico da EPL, desdobramento e alinhamento da sua estratégia organizacional, assim como implantação e acompanhamento das práticas de planejamento e gestão estratégica. Para tanto, optou-se pelo uso da metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC), tendo em vista que essa ferramenta tem sido plenamente utilizada por vários órgãos do setor público no Brasil, em especial o Ministério dos Transportes (MT).

Com ampla participação dos funcionários e validação da Diretoria, foram revistos a missão, visão, valores e objetivos estratégicos da EPL. O novo Mapa Estratégico trouxe como missão da Empresa “Planejar os Transportes e a Logística do País” e como sua visão de futuro “Ser Referência em Planejamento de Transportes e Logística até 2020”.

Para executar sua missão e concretizar sua visão de futuro, foram identificados objetivos estratégicos vinculados ao foco de atuação da EPL (atividades finalísticas), bem como a sua organização interna (atividades de suporte).

Os objetivos estratégicos finalísticos da EPL foram agrupados em 5 (cinco) focos de atuação: (i) Planejamento; (ii) Empreendimentos; (iii) Serviços; (iv) Acompanhamento e (v) Relações Institucionais.

Com relação à organização interna, os objetivos estratégicos foram subdivididos em 5 (cinco) grupos: (i) Governança; (ii) Informação; (iii) Tecnologia; (iv) Pessoas e (v) Orçamento.

Após revisão do Mapa Estratégico da EPL, foram definidos também indicadores e metas para os objetivos estratégicos do mapa revisado. Os indicadores e metas complementam os objetivos estratégicos e permitem que os mesmos sejam gerenciados de acordo com o processo de monitoramento da estratégia desenhado.

Para o alcance das metas estipuladas para cada um dos objetivos estratégicos, foi construída e validada pela Diretoria Executiva uma carteira de iniciativas estratégicas. Além disso, foram desenhados e estruturados os processos da área responsável pela gestão e monitoramento do Planejamento Estratégico.

Nesse contexto, a EPL buscou, em 2015, em seu Planejamento Estratégico, metodologia e ferramentas que permitam clarificar a estratégia, organizar quais são os grandes desafios para alcançar o resultado de futuro almejado, poder gerir e acompanhar as ações que

permitirão alcançar os resultados, comunicar a estratégia e alinhar a força de trabalho quanto às prioridades de ações.

3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Em 2015, o Mapa Estratégico da EPL foi revisado, sendo seus objetivos definidos para um período de 5 (cinco) anos (2015 a 2020). Para o período de 2015 e 2016, a Diretoria Executiva selecionou os objetivos estratégicos considerados prioritários para atuação da empresa. Dessa forma, abaixo estão descritos, de forma sintética, os principais objetivos e metas estabelecidas para o período 2015/2016 em decorrência do seu planejamento estratégico.

□ Foco de Atuação

1. Tema: Planejamento

(i) Objetivo: Elaborar o planejamento integrado de transportes para o Brasil

- **Descrição:** Executar e coordenar atividades, estudos e pesquisas necessárias ao planejamento integrado de transportes no País, considerando: diagnósticos da situação atual dos aspectos físicos, econômicos e socioambientais, a partir da base de dados e informações da EPL; prognóstico com base em diretrizes de governo, projetos de execução compromissada e projeções sócio econômicas; identificação de gargalos físicos e operacionais a serem avaliados; proposição de alternativas de solução dos gargalos; avaliação das soluções identificadas; formulação de critérios para a priorização de projetos; e proposição de ações para o planejamento integrado.

- **Iniciativa:** Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI)

- **Indicador:** Índice de Evolução das entregas na elaboração do PNLI

- **Meta do Período 2015/2016:** Concretizar a entrega da Carteira Preliminar de Investimento; Realizar Diálogo com demais órgãos do Sistema Transporte sobre a Carteira Preliminar; Desenvolver Projetos Piloto para projetos selecionados; e Concluir um Portfólio de Ações de investimentos.

(ii) Objetivo: Adotar melhores práticas e inovações tecnológicas em soluções de transportes

- **Descrição:** Identificar inovações técnicas e tecnológicas relacionadas ao planejamento de transporte, visando a sua adoção e difusão; e Interagir com universidades, institutos, centros tecnológicos e demais instituições voltadas à pesquisa e desenvolvimento relacionados ao sistema de transporte.

- **Iniciativa:** Observatório Nacional de Transportes e Logística.

- **Indicador:** Índice de Evolução das Entregas do Observatório.

- **Meta do Período 2015/2016:** Estruturação do Boletim de Logística da EPL; Levantamento de Requisitos do sistema de informação; Definição da Modelagem Conceitual e das Arquiteturas de Referência do sistema de informação; e Proposta de Dados e Indicadores para o sistema de informação.

(iii) Objetivo: Adotar a sustentabilidade socioambiental e econômica nas ações de planejamento

- **Descrição:** Aplicar metodologias para quantificação dos impactos econômicos, sociais e ambientais associados aos projetos; e inserir as vertentes social, ambiental e econômica no planejamento e priorização de projetos.
- **Iniciativa:** Licenciamentos Ambientais de Concessões
- **Indicador:** Índice de Evolução dos Estudos de Licenciamentos Ambientais
- **Meta do Período 2015/2016:** Abertura de Ficha de Caracterização da Atividade (FCA) no Ibama, Elaboração do Edital, Elaboração do Contrato, Entrega dos Estudos, Emissão de LP e Emissão de LI de empreendimentos rodoviários e ferroviários definidos.

2. Tema: Serviços

(i) Objetivo: Potencializar a prestação de serviços de excelência na sua área de atuação

- **Descrição:** Prestar serviços e/ou realizar estudos, análises e projetos para o setor de transporte e logística demandados por entes públicos ou privados.
- **Iniciativa:** Análise de Estudos de Concessões
- **Indicador:** Índice de Evolução dos Estudos de Concessões
- **Meta do Período 2015/2016:** Entrega dos Estudos, Realização de Audiência Pública, Elaboração Edital, Realização de Leilão, Elaboração de Contrato e Compromisso de LI para empreendimentos rodoviários e ferroviários definidos.

3. Tema: Acompanhamento

(i) Objetivo: Prover conhecimento sobre transporte e logística

- **Descrição:** Sistematizar as informações essenciais para acompanhar o sistema de transporte e a logística; Subsidiar pesquisas e estudos estratégicos; e Tornar público o conhecimento produzido.
- **Iniciativa:** Observatório Nacional de Transportes e Logística
- **Indicador:** Índice de evolução das Entregas do Observatório

- **Meta do Período 2015/2016:** Estruturação do Boletim de Logística da EPL; Levantamento de Requisitos do sistema de informação; Definição da Modelagem Conceitual e das Arquiteturas de Referência do sistema de informação; e Proposta de Dados e Indicadores para o sistema de informação.

□ Organização Interna

1. Tema: Governança

(i) Garantir uma cultura organizacional com foco em resultado

- **Descrição:** Monitorar os resultados previstos no planejamento estratégico, garantindo as entregas nos escopos, prazos, custos e qualidades previstos; e utilizar metodologias que permitam ser mais eficiente na execução das atividades (gestão de processos, gestão da estratégia, gestão de projetos, gestão de riscos, etc.).
- **Iniciativa:** Gestão de Processos
- **Indicador:** Índice de Implantação dos processos chave
- **Meta do Período 2015/2016:** Implantação/Aperfeiçoamento dos Processos de Trabalho para a execução de Licenciamentos Ambientais; Desenvolvimento e Administração de Capital Humano; Gestão e Fiscalização de Contratos; e Gerenciamento de Recursos Financeiros.

No que se refere ao Plano Plurianual (PPA), os objetivos estratégicos dos programas temáticos relacionados à EPL estão descritos no item 3.2.2 (Desempenho Operacional) deste Relatório.

3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Conforme mencionado no item 3.1, a EPL iniciou, em 2015, a revisão de seu Planejamento Estratégico. Para tanto, foram executadas as seguintes atividades: revisão do mapa estratégico; elaboração de indicadores e metas; seleção de iniciativas estratégicas, estruturação de um setor da Empresa responsável pela gestão de sua estratégia; e monitoramento da gestão estratégica.

No final de 2015, a EPL realizou evento de lançamento do Planejamento Estratégico da EPL, em que foi apresentado o novo Mapa Estratégico, com os objetivos estratégicos que a empresa pretende alcançar nos próximos cinco anos (até 2020), assim como sua missão, visão e valores.

Atualmente, o Planejamento Estratégico da Empresa encontra-se implementado, sendo realizadas, periodicamente, reuniões de monitoramento da estratégia.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A EPL, cuja criação foi autorizada pela Medida Provisória nº 576, de 2012, e convertida na Lei nº 12.743, de 2012, tem por objeto prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, bem como planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte.

A Lei nº 12.743/2012 deu nova redação ao art. 5º da Lei nº 12.404/2011, o qual estabelece as competências da EPL.

Com a revisão do Planejamento Estratégico, indicado no item 3.1 acima, todos os planos e ações estratégicas da Empresa encontram-se alinhados e vinculados às suas competências institucionais.

3.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Em 2015, foram desenvolvidos e detalhados os processos, atividades e competências para a gestão da estratégia. Assim, foi estruturada a área responsável pelo monitoramento da estratégia, bem como organizados 4 (quatro) macroprocessos: (i) planejar a estratégia; (ii) gerir as iniciativas/projetos estratégicos associados à estratégia; (iii) alinhar a estrutura organizacional à estratégia; e (iv) acompanhar a execução para monitoramento e controle.

Para o efetivo monitoramento da execução e resultado do Planejamento Estratégico da EPL, foram definidas e implementadas 3 (três) tipos de reuniões de monitoramento: Reunião de Monitoramento das Iniciativas Estratégicas; Reunião de Monitoramento dos Processos-Chave; e Reunião de Avaliação da Estratégia.

A Reunião de Monitoramento das Iniciativas Estratégicas é realizada mensalmente e tem por objetivo acompanhar a execução dos principais projetos da EPL, considerando que eles são o elemento que põe a estratégia em ação, tendo implicação direta na análise de desempenho da estratégia.

A Reunião de Monitoramento dos Processos-Chave é realizada mensalmente e tem por objetivo monitorar os processos prioritários da EPL, sendo aqueles cujos resultados contribuem diretamente para os objetivos do mapa estratégico.

A Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE), realizada trimestralmente, é o principal mecanismo que imprime a dinâmica de funcionamento ao modelo de governança. É nela que a liderança pode acompanhar e avaliar o desempenho da estratégia e tomar decisões para eventuais melhorias na execução. Cada RAE deve ter como pauta os objetivos estratégicos críticos no momento da avaliação, identificados a partir das análises de alcance de suas respectivas metas e da execução das iniciativas estratégicas.

3.2 Desempenho Orçamentário

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 consignou R\$ 288,1 milhões para a EPL, conforme da LOA nº 13.115, de 20/4/2015.

Da dotação disponibilizada no início do ano, R\$ 122,1 milhões foram transferidos para atender as outras unidades orçamentárias pertencentes ao MT, com destaque para a transferência de dotação da ação 14YF – Implantação do TAV, no valor de R\$ 90 milhões. Cabe ressaltar que essa ação foi inserida no orçamento da EPL pelo Congresso Nacional e não fazia parte da programação da Empresa para o referido exercício.

Da dotação restante, R\$ 166 milhões, o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, que estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2015, e dá outras providências, reservou à EPL o valor de R\$ 38 milhões como limite para movimentação e empenho, sendo R\$ 20 milhões para a programação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e R\$ 18 milhões para Demais Investimentos, excluídos as despesas obrigatórias (Pessoal e Benefícios aos Servidores), através do Decreto nº 8.456, de 22/05/2015 e suas alterações.

Em 2015, foram empenhados R\$ 62,6 milhões, sendo R\$ 30 milhões de empenho de despesas obrigatórias. Sendo assim, para a programação do PAC e Demais Investimentos foram empenhados R\$ 32,6 milhões, que comparado ao limite disponibilizado pelo Decreto (R\$ 38 milhões) foram empenhados 85% (oitenta e cinco por cento). Além do Decreto de Programação, o Governo publicou a Portaria nº 172, de 27/05/2015, que limitou os empenhos das despesas de funcionamento, fato esse que impossibilitou o empenho de 100% (cem por cento) dos limites orçamentários disponibilizados pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, explicitado no quadro abaixo:

Quadro 5 - Relatório da Execução Orçamentária Financeira – 2015

Funcional	Ação	Dotação Inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
26.12.2126.1D 47.0001	ESTUDOS PROJETOS INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	0	0	0	0	3.186.423	3.186.423	0
26.121.2126.2 0UA.0001	ESTUDOS, PROJETOS E PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (PAC)	130.360.000	97.556.000	18.988.454	5.502.164	24.373.371	11.905.589	10.316.760
26.122.2126.2 000.0001	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	25.559.470	25.559.470	12.531.423	10.984.638	4.761.242	2.942.166	1.635.501
26.122.2126.2 0TP.0001	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	33.868.246	34.668.246	29.042.493	28.902.618	2.932.472	2.136.637	795.835
26.122.2126.8 785.0001	GESTÃO E COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC	4.850.000	4.850.000	1.011.546	1.011.456	177.059	177.059	0
26.301.2126.2 004.0001	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CMS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS	970.500	962.500	294.826	273.393	7.718	7.718	0

26.331.2126.0 0M1.0001	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE	21.204	0	0	0	0	-	0
26.331.2126.2 010.0001	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CMS, EMPREGADOS E MILITARES	12.000	12.000	0	0	0	-	0
26.331.2126.2 011.0001	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CMS, EMPREGADOS E MILITARES	6.000	6.000	532	532	41.679	41.679	0
26.331.2126.2 012.0001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	780.000	780.000	750.709	750.709	17.368	17.638	0
26.331.2126.2 12B.0001	OUTROS BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	0	0	0	0	0	-	0
28.846.0901.0 022.0001	CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	16.000	16.000	0	0	0	-	0
28.884.0906.0 284.0001	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	1.666.000	1.666.000	-	-	-	-	-
26.783.2072.1 4YF.0030	IMPLANTAÇÃO DO TREM DE ALTA VELOCIDADE - TAV	90.000.000	0	-	-	-	-	-
		288.109.420	166.076.216	62.619.983	47.425.600	35.497.332	20.414.909	12.748.096

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

3.2.1 Informações sobre a execução das despesas

(i) Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Quadro 6 - Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	8.594.597	18.315.007	8.392.163	13.465.336
a) Convite				5.427
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	4.895.052	9.668.548	4.871.130	13.459.909
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	3.699.545	8.646.459	3.521.032	

2. Contratações Diretas (h+i)	6.220.826	6.708.873	5.767.726	7.052.369
h) Dispensa	5.940.620	5.969.658	5.487.520	5.647.704
i) Inexigibilidade	280.205	739.215	280.205	1.404.665
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	28.954.664	28.877.604	28.954.664	22.796.573
k) Pagamento em Folha	28.902.618	28.055.212	28.902.618	21.839.171
l) Diárias	52.046	822.392	52.046	957.402
5. Outros	4.224.617	8.415.698	4.146.446	2.097.302
6. Total (1+2+3+4+5)	47.994.706	62.317.182	47.261.001	45.411.580

(ii) Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 7 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	29.042.493	28.987.49	28.902.619	26.701.179	139.874	2.286.317	28.902.619	26.300.990
Vencimentos e vantagens fixas (1º elemento)	20.986.714	20.951.991	20.986.714	19.855.097		1.118.663	20.986.714	19.454.909
Obrigações patronais(2º elemento)	6.930.281	7.496.311	6.930.281	6.377.648		1.096.895	6.930.281	6.377.647
Ressarcimento despesas pessoal requisitado (3º elemento)	1.019.201	390.296	879.327	322.643	139.874	67.653	879.327	322.643
Demais elementos do grupo	106.297	148.898	106.297	145.791		3.106	106.297	145.791
2. Juros e Encargos da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	14.508.647	24.286.370	13.502.552	19.997.705	1.006.094	4.579.165	12.947.360	14.400.969
outros serviços de terceiros PJ (1º elemento)	8.842.115	9.670.832	8.369.971	7.873.657	472.143	1.797.175	7.838.455	7.870.838
Contribuições - Fundo a Fundo (2º elemento)		6.518.820		5.183.640		1.335.180		5.183.640
obrigações tributárias e contributivas (3º elemento)	1.356.700	1.347.491	1.356.700	1.346.491	0	291.500	1.356.700	1.346.491
Demais elementos do grupo	4.309.831	6.749.227	3.775.880	5.593.917	533.950	1.155.310	3.752.205	5.571.519

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	18.900.844	31.752.034	5.589.536	15.663.766	13.311.308	16.228.849	5.411.023	10.842.979
Obras e instalações (1º elemento)	14.927.054	22.293.957	3.964.862	8.646.460	10.962.192	13.647.498	3.786.349	10.584.864
Outros serviços de terceiros PJ (2º elemento)	893.400	8.377.231	893.400	6.272.798		2.104.433	893.400	
Equip. e material permanente (3º elemento)	80.390	395.391	73.459	324.771	6.931	211.200	73.459	
Demais elementos do grupo	3.000.000	685.455	657.815	419.737	2.342.185	265.718	657.815	258.115
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

(iii) Análise Crítica da Realização da Despesa

Em relação ao limite para pagamentos, o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira reservou à EPL o valor de R\$ 41,7 milhões, sendo R\$ 24,5 milhões para a programação do PAC e R\$ 17,2 milhões para as Demais (excluem-se também as despesas obrigatórias). Foram pagos em 2015 R\$ 30 milhões, considerando os Restos a Pagar Pagos de 2014 e excluindo valores pagos das despesas obrigatórias, valor que corresponde a aproximadamente 70% do limite financeiro disponibilizado.

E por fim, quanto aos RP, foram inscritos em 2015 R\$ 35,5 milhões. No entanto, com o intuito de disciplinar a execução desses RP, o Governo Federal publicou o Decreto nº 8.407, de 24/02/2015. Nesse sentido, foram cancelados R\$ 20,4 milhões de RP, restando R\$ 15,1 milhões, sendo que foram pagos em 2015 R\$ 12,7 milhões, concentrados principalmente no pagamento de projetos finalísticos relacionados à emissão de licenças ambientais para as obras de duplicação das rodovias federais.

3.2.2 Desempenho Operacional

A EPL possui 2 (dois) objetivos estratégicos inseridos no Plano Plurianual (PPA) relativo ao período de 2012 a 2015, quais sejam: Objetivo 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros; e Objetivo 0492 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura do Sistema Ferroviário Federal.

O objetivo 0145 possui como meta a realização de estudos e projetos para a implantação de 511 km de Trem de Alta Velocidade. Assim, em 2015, buscando auxiliar o MT no atingimento da referida meta, foram realizadas atividades visando o fortalecimento da base de dados, bem como viabilizando adequação do traçado referencial às restrições geológico-geotécnicas, ambientais e de localização das estações. Também foi desenvolvida metodologia para quantificar e qualificar as ações necessárias à implantação da faixa de domínio do TAV Rio de Janeiro – Campinas, mediante o mapeamento de polígonos.

Adicionalmente, foram iniciadas tratativas para realização de atividades voltadas à constituição de arcabouço técnico/normativo para TAV's, fundamentado em Normas da União Internacional de Ferrovias (UIC); Normas Europeias ou Euronormas (EM); e Padrões Técnicos Europeus (TSI).

O objetivo 0492 possui 2 (duas) metas: (i) a elaboração do relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha ferroviária nacional; e (ii) a implantação do Sistema Gerencial Único com todo banco de dados de infraestrutura de transporte centralizada.

Com relação à primeira meta, em apoio ao MT, a EPL desenvolveu ações de execução do projeto de Estudos Ferroviários, desenvolvido em parceria com a empresa espanhola *Ingeniería y Economía del Transporte* (INECO).



No âmbito do projeto, foram encaminhados ao MT, ANTT e VALEC os seguintes produtos: (i) Relatório Propositivo de Definição e Desenvolvimento da Estrutura Regulatória Integral do Sistema Ferroviário Brasileiro; (ii) Relatório Propositivo de Definição do Marco de Regulação Ferroviária; (iii) Relatório Propositivo de Regulamento de Segurança do Setor Ferroviário; e (iv) Relatório de Identificação e Proposição de Padronização dos Sistemas de Comunicação e Sinalização em Linhas Ferroviárias de Cargas do Brasil.

No que se refere à segunda meta, de responsabilidade do MT, a EPL vem auxiliando-o por meio da estruturação de uma base de dados e indicadores sobre o setor de logística, de modo a concentrar informações de diferentes fontes em um único ambiente, gerando assim melhores insumos para a gestão pública.

Durante o ano de 2015, foram realizadas ações junto ao MT, objetivando o compartilhamento, classificação, normalização e qualificação dos dados utilizados pelas diversas entidades do sistema de transporte para criação do Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL).

O ONTL tem como principal objetivo facilitar a governança do setor de transporte, que constitui um “Sistema Inteligente de Gestão de Dados e Informações Estratégicas”, por meio do qual é possível realizar o acompanhamento, planejamento, análise do fluxo do transporte em seus diversos modais, bem como a divulgação sobre o conhecimento do setor para a sociedade.

4. GOVERNANÇA

4.1 Descrição das Estruturas de Governança

A Governança no setor público abrange as esferas de liderança, estratégia e controle alinhadas com a finalidade de avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão da instituição. A partir desse entendimento, a estrutura de governança corporativa da EPL inclui:

- (i) Conselho de Administração (CONSAD);
- (ii) Diretoria Executiva (DIREX), composta pela Presidência (PRESI), Diretoria de Planejamento (DPL) e Diretoria de Gestão (DGE);
- (iii) Conselho Fiscal (CONFIS);
- (iv) Auditoria Interna (AUDINT);
- (v) Auditoria Independente, de caráter técnico e consultivo;
- (vi) Comitês de Apoio à Governança; e
- (vii) Sistema de Correição.

O Estatuto Social da EPL, respaldado por sua Assembleia Geral, descreve que a administração da Empresa é exercida pelo CONSAD e pela DIREX. As competências, forma de atuação e atribuições do CONSAD, CONFIS, DIREX e AUDINT estão estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno da EPL, disponíveis no sítio eletrônico da EPL, por meio do seguinte link: <http://www.epl.gov.br/institucional>.

Abaixo, estão relacionadas as competências e forma de atuação das demais estruturas de governança.

(i) Auditoria Independente

Conforme disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, a Empresa deve apresentar, ao fim de cada exercício social, com base na escrituração mercantil da companhia, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício. Dessa forma, o serviço de Auditoria Independente é periodicamente contratado de forma a emitir parecer sobre a adoção de boas práticas contábeis pela EPL.

No exercício de 2015, a Auditoria Independente executou os serviços de auditoria, exame e avaliação de balancetes contábeis; exame da movimentação financeira em geral; análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais ativos e passivos, e sua compatibilidade com o resultado patrimonial do exercício; análise dos balancetes, balanço e demais demonstrações contábeis, quanto aos aspectos técnicos e formais; verificação de retenções e recolhimentos de tributos e contribuições, com as respectivas declarações.

(ii) Comitês de Apoio à Governança

Os Comitês são instâncias fundamentais para assegurar transparência e representatividade dentro da Empresa. Possuem caráter colegiado e deliberativo. A EPL dispõe de 2 (dois) Comitês, conforme descritos a seguir.

a) Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações

A Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) determina a criação e pleno funcionamento do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações nos órgãos e empresas públicas, no sentido de subsidiar as decisões concernentes à área, especialmente na elaboração do Plano Diretor da área de tecnologia. A EPL é instituição aderente ao Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP) desde 2012.

O Comitê de TI tem por finalidade decidir sobre políticas, diretrizes, planejamento e ações relacionadas aos recursos de TI em âmbito interno. Dentre suas competências, destacam-se a promoção do alinhamento entre as atividades de TI e as estratégias de negócio da EPL, além da priorização e coordenação dos investimentos e projetos de TI.

b) Comitê de Segurança da Informação e Comunicações

A Instrução Normativa nº 01 proveniente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) disciplina a gestão de segurança da informação e comunicações na APF direta e indireta, recomendando a instituição do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações da EPL foi instituído em 2014 e tem por finalidade fomentar a aplicação das melhores práticas de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) em âmbito interno. Dentre suas atribuições, ressaltam-se a avaliação das propostas, ideias, sugestões, necessidades e requerimentos para uso de SIC e recomendação de projetos ou medidas com vistas ao aperfeiçoamento de normas, padrões técnicos e administrativos, objetivando propiciar melhoria no desempenho das atividades da Empresa.

(iii) Sistema de Correição

Em relação à adoção de procedimentos internos de integridade, incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, cabe mencionar que a EPL adota o Código de Ética da Presidência da República - Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.

Além disso, foi criada, pela Resolução nº 01, de 31 de março de 2015, a Comissão de Ética da EPL, a qual tem por competência, dentre outras estabelecidas em seu Regimento Interno:



- a) atuar como instância consultiva do Diretor-Presidente da EPL, dos empregados e dos demais integrantes da força de trabalho da EPL;
- b) aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
- c) apurar, de ofício ou mediante provocação, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas;
- d) receber denúncias e representações contra os empregados e demais integrantes da força de trabalho da EPL por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração;
- e) orientar e aconselhar sobre ética profissional os empregados e demais integrantes da força de trabalho da EPL, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento suscetível de censura; e
- f) supervisionar a observância do Código de Conduta dos empregados da EPL e comunicar à Comissão de Ética Pública (CEP) situações que possam configurar descumprimento de suas normas.

4.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados

O CONSAD é composto de 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com prazo de gestão de 3 (três anos), permitida a reeleição, sendo:

- a) 02 (dois) representantes indicados pelo Ministério dos Transportes;
- b) 01 (um) representante indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- c) 01 (um) representante indicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- d) o Diretor - Presidente da EPL;
- e) 01 (um) representante dos empregados da EPL, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e respectiva regulamentação.

Conforme definido no parágrafo 4º do Art. 20 do Estatuto Social, enquanto a EPL não contar com o mínimo de 200 (duzentos) empregados próprios, a vaga do representante dos empregados da EPL deverá ser preenchida por membro indicado pelo Ministro de Estado dos Transportes.

Já o CONFIS, como órgão permanente da EPL, compõe-se de 03 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitida sua reeleição, sendo:



- a) 02 (dois) membros indicados pelo Ministro de Estado dos Transportes; e
- b) 01 (um) membro indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

Quanto às exigências de perfil, os colegiados deverão ser integrados por brasileiros, com notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, conforme disposto no Regimento Interno da EPL.

A Diretoria Executiva da EPL é constituída pelo Diretor-Presidente, Diretor de Gestão e Diretor de Planejamento.

As competências dos colegiados e dos dirigentes estão descritas no item 4.1 Descrição das Estruturas de Governança deste Relatório.

4.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Abaixo, está descrita, de forma sucinta a estrutura e o funcionamento da unidade de Auditoria Interna da EPL.

(i) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da Auditoria Interna.

A atuação da Auditoria Interna da EPL está inserida no Estatuto Social da Empresa nos artigos 39 a 42, que pode ser verificado no site da EPL (link <http://www.epl.gov.br/estatuto>).

As atividades da Auditoria Interna, seu relacionamento com as demais unidades da estrutura organizacional da Empresa, os normativos que regem a atividade, atribuições e escopo de trabalho, bem como sua autonomia e competências necessárias, foram disciplinadas mediante a Resolução nº 1, de 21.11.2014, emitida pelo Diretor-Presidente da EPL em consonância com a deliberação do CONSAD na 26ª Reunião Ordinária de 03.11.2014, conforme pode ser verificado no site da EPL (<http://www.epl.gov.br/auditoria-interna1>).

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV, os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC.

Tal questão está inserida no art. 40 do Estatuto Social da EPL, bem como na citada Resolução nº 1/2014 e no próprio Manual de Auditoria Interna da EPL (Anexo III), conforme informado acima.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver.

Não é o caso da EPL.

d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC).

A Auditoria Interna está vinculada ao CONSAD, nos termos do art. 39 do Estatuto Social da Empresa, sendo a escola de seu titular disciplinada no art. 40 do mesmo dispositivo, em respeito aos ditames do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 06/09/2000 e Portaria CGU nº 915, de 29/04/2014.

Para o cumprimento de suas missões regimentais, a Auditoria Interna conta em sua estrutura com 1 (um) Auditor Interno e 3 (três) Auditores, composta por profissionais com formação acadêmica multidisciplinar em Ciências Contábeis, Economia, Engenharia e Direito.

e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações.

Quando do início dos trabalhos planejados no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), é realizada uma reunião prévia com a Diretoria em que serão desenvolvidas as atividades, no intuito de cientificar a alta direção da Empresa sobre o escopo, os objetivos que devem ser atingidos e como serão realizados para o seu alcance.

No término dos trabalhos é emitido o Relatório de Auditoria, ou Nota Técnica/de Auditoria conforme o caso, sendo tal documento encaminhado à Diretoria Executiva da Empresa mediante Memorando, a fim de tomar conhecimento dos achados de auditoria, das recomendações e para as ações de gestão necessárias. Estes documentos também são encaminhados ao CONFIS e ao CONSAD.

Ademais importa registrar que tanto o PAINT quanto o RAIN, após elaborados, são submetidos à apreciação dos Conselhos Fiscal e de Administração e, posteriormente, encaminhados à CGU.

f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.

Adicionalmente às respostas inseridas no tópico anterior, quando da não implementação das recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria, bem como de eventuais atividades não inseridas no PAINT, a Auditoria Interna elabora Nota Técnica, de Auditoria ou de Alerta, como também Memorandos, no intuito de ressaltar e consignar os riscos decorrentes da ausência de execução, sem prejuízo de deixar registrados nos trabalhos que hajam correspondência sobre as anteriores recomendações não observadas pela administração.

g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Não houve adequações no exercício de 2015.

4.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Desde a criação da EPL até o final do exercício de 2015, não foram conduzidos, no âmbito da EPL, processos administrativos disciplinares. Atualmente, encontra-se em fase de elaboração normativo interno definindo todas as fases do procedimento a ser observado pela Empresa nos casos de apuração disciplinar de seus empregados. Não obstante, a EPL utiliza como base, no que compete, os Manuais de Processo Administrativo Disciplinar da CGU.

Quanto às irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos que possam impactar negativamente o desempenho da organização, foi instaurada, no exercício de 2015, por meio da Portaria nº 88/2015, Comissão de Sindicância Investigativa para apuração de possível irregularidade em contratação de empresa por inexigibilidade.

Considerando que a Comissão de Sindicância Investigativa concluiu pela constatação de irregularidades na contratação por inexigibilidade realizada pela EPL e considerando que a Assessoria Jurídica e a Auditoria Interna da EPL não identificaram vícios procedimentais na sindicância investigativa, a Diretoria Executiva adotou as seguintes providências:

- (i) O Ministério dos Transportes foi oficiado com vistas ao conhecimento da matéria e à abertura de processo administrativo disciplinar;
- (ii) Em atenção à recomendação do CONSAD, foram encaminhadas cópias aos seguintes órgãos: Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU), Departamento da Polícia Federal (DPF), Advocacia-Geral da União (AGU) e Conselho Fiscal da EPL; e
- (iii) Foi criado grupo de trabalho, no âmbito da EPL, com vistas à adoção das medidas necessárias para abertura e condução de processo administrativo.

4.5 Gestão de Riscos e Controles Internos

A EPL trabalhou com a gestão de riscos organizacionais a partir de 2 (duas) frentes distintas. De um lado, a Empresa realizou o monitoramento dos riscos associados a projetos, por meio do ESGPP. De outro, pretende monitorar riscos associados aos processos de trabalho mais relevantes, visando instituir controles internos para mitigá-los.

O ESGPP, no apoio ao planejamento dos projetos, registra sistematicamente os riscos específicos dos projetos da empresa, classifica-os e realiza o acompanhamento dos projetos, o registro da situação destes, quanto a sua aceitação, transferência, mitigação ou eliminação (caso de riscos negativos). É também atribuição do EGP apontar, aos responsáveis pelos projetos (gerente e técnicos), o caminho crítico, atividades em atraso, andamento físico, etc., como forma de atingir as metas e expectativas das partes interessadas.

Em relação aos processos de trabalho da EPL, destaca-se o mapeamento do processo realizar contratações. Durante esta atividade, foram identificados os pontos críticos associados às contratações da EPL e, a partir disto, foram estabelecidos padrões de documentos a serem adotados pela empresa como forma de reduzir riscos associados à discricionariedade e erros na execução do mesmo.

Adicionalmente, a partir da orientação da Controladoria Geral da União (CGU), a qual, no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201503648, recomenda:

Que a EPL elabore um Plano Institucional que contemple a avaliação de risco, contendo as seguintes informações: Objetivos e metas; Processos críticos para consecução dos objetivos e metas da unidade; Diagnóstico, probabilidade e meios de mitigação de riscos; Níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos; Acompanhamento/atualização dos riscos identificados; Mensuração e classificação dos riscos.

Em atendimento à Recomendação da CGU, a EPL iniciou o desenvolvimento de processo de trabalho que permita a Administração de Riscos Corporativos (ARC). A metodologia e os procedimentos estudados buscam identificar os processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da empresa, bem como estabelecer diagnóstico dos riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.

4.6 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

A Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal segue orientações emanadas das seguintes bases normativas:

- (i) Lei nº 6.404/1976;
- (ii) Decreto-Lei nº 2.355/1987;
- (iii) Decreto nº 89.309/1984;

- (iv) Atas das Assembleias Gerais Ordinárias;
- (v) Estatuto Social da EPL; e
- (vi) Decreto nº 8.578/2015, Anexo I, art. 8º, inciso IV, alínea “h”.

Em resumo, o art. 152 da Lei nº 6.404/76 dispõe que a remuneração de diretor de Empresa Pública S/A é definida em Assembleia. Além disso, o Decreto nº 89.309/84 atribui ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) a competência de definir os respectivos valores. Assim, não há interferência da UPC na política remuneratória, sendo a mesma definida e disciplinada nas legislações mencionadas.

O objetivo da prática de remuneração com valores fixados pelo DEST é a seleção de profissionais atuantes no mercado que sejam capazes de assumir responsabilidades inerentes ao desempenho do cargo e tenham competência e reputação profissional adequado.

A composição da remuneração dos diretores apresenta os seguintes elementos:

- a) Honorário de diretor pago em rubrica específica no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), na denominação 00293, equivalente a aproximadamente 66,7% da remuneração total;
- b) Gratificação Natalina, equivalente ao valor de um honorário mensal, paga uma vez ao ano, em rubrica genérica (00094), equivalente a aproximadamente 5,5% da remuneração total;
- c) Gratificação de Férias, equivalente a 1/3 do valor de um honorário mensal, uma vez ao ano, em rubrica genérica (00220), equivalente a aproximadamente 1,8% da remuneração total;
- e
- d) Auxílio Alimentação, valor mensal de R\$ 429,00, equivalente a aproximadamente 1% da remuneração total.

A composição da remuneração dos conselheiros é definida por 10% (dez por cento) da remuneração de diretor na ordem de 13/12 avos. No caso da EPL, assim como a remuneração dos diretores, a dos conselheiros também é composta por rubrica única (00169), que equivale à totalidade do valor devido aos ocupantes dos respectivos cargos; e representa aproximadamente 25% da remuneração total.

O índice de reajuste é definido pelo DEST, considerando o acumulado do IPCA no período correspondente. O período de atualização compreende abril a março do exercício seguinte. Nos últimos dois exercícios, 2014/2015 e 2015/2016, as verbas remuneratórias não sofreram correções, atendendo assim as recomendações do Ministério do Planejamento.

Com relação a indicadores de desempenho, informa-se que, atualmente, não existem indicadores definidos pela Assembleia que influenciam na remuneração de diretores e conselheiros.

No que se refere ao alinhamento da prática de remuneração com os interesses da unidade jurisdicionada, ressaltamos que o DEST estabelece os valores adequados às práticas de mercado de forma a permitir a seleção de profissionais que atendam às necessidades curriculares da empresa.

Na estrutura da empresa não existem subsidiárias, controladas ou controladoras, portanto não há remuneração desta natureza.

Além disso, não existem outras remunerações além daquelas aprovadas pela AGO, após manifestação do DEST, bem como ainda não foi instituído plano de remuneração dos membros da diretoria e do conselho de administração.

Por fim, em relação à remuneração variável, diante das características de constituição da EPL, não se aplica o conceito de remuneração variável, motivo pelo qual a remuneração aplicada aos cargos de dirigentes e conselheiros da EPL refere-se somente ao valor relativo ao desempenho da função definido anualmente em função de instrumentos normativos, portarias e/ou decretos das autoridades competentes (DEST, Ministério Supervisor) que tratam do assunto especificamente.

(i) Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro 8 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Pereira, ACL	Janeiro	Abril	2.927,43	11.709,12
Batista, DAD	Janeiro	Dezembro	2.927,43	38.056,59
Correa, IMA	Janeiro	Junho	2.927,43	17.564,58
de Resende, JP	Janeiro	Junho	2.927,43	17.564,58
Júnior, JSC	Janeiro	Outubro	2.927,43	29.274,30
Masella, MMB	Janeiro	Abril	2.927,43	11.709,72
de Castro, E	Maio	Dezembro	2.927,43	26.346,87
Pontes, LCR	Agosto	Dezembro	2.927,43	17.564,58
Vale, ML	Agosto	Dezembro	2.927,43	17.564,58
Almeida, VAF	Setembro	Dezembro	2.927,43	14.637,15
Sigelmann, D	Novembro	Dezembro	2.927,43	8.782,29

Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Teixeira, AF	Janeiro	Março	2.927,43	8.782,29
Filho, ETA	Janeiro	Março	2.927,43	8.782,29
de Albuquerque, LC	Janeiro	Dezembro	2.927,43	38.056,59
Batista, JS	Maio	Dezembro	2.927,43	26.346,87
Amorim, RRC	Maio	Dezembro	2.927,43	26.346,87
Tinks, I	Novembro	Novembro	2.927,43	2.927,43

(ii) Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro 9 - Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Estatutária		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros: 3 titulares		
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.186.414,40	1.186.414,40
<i>a) salário ou pró-labore</i>	1.170.970,40	1.170.970,40
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	15.444,00	15.444,00
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>		
<i>d) outros</i>		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		
<i>e) bônus</i>		
<i>f) participação nos resultados</i>		
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>		
<i>h) comissões</i>		
<i>i) outros</i>		
III – Total da Remuneração (I + II)	1.186.414,40	1.186.414,40
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho de Administração		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros: 6 titulares		
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	228.339,54	228.339,54
<i>a) salário ou pró-labore</i>	228.339,54	228.339,54
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>		
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>		
<i>d) outros</i>		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		
<i>e) bônus</i>		
<i>f) participação nos resultados</i>		
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>		
<i>h) comissões</i>		
<i>i) outros</i>		
III – Total da Remuneração (I + II)	228.339,54	228.339,54
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho Fiscal		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes		
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	114.169,77	114.169,77
<i>a) salário ou pró-labore</i>	114.169,77	114.169,77
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>		
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>		
<i>d) outros</i>		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		
<i>e) bônus</i>		
<i>f) participação nos resultados</i>		
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>		
<i>h) comissões</i>		
<i>i) outros</i>		
III – Total da Remuneração (I + II)	114.169,77	114.169,77
IV – Benefícios pós-emprego		

V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

(iii) Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Conteúdo não se aplica à unidade
Justificativa: Diante das características de constituição da EPL, não se aplica o conceito de remuneração variável, motivo pelo qual a remuneração aplicada aos cargos de dirigentes e conselheiros da EPL refere-se somente ao valor relativo ao desempenho da função definido anualmente em função de instrumentos normativos, portarias e/ou decretos das autoridades competentes (DEST/MP, Ministério Supervisor) que tratam do assunto especificamente.

4.7 Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

Foi contratada pela EPL a empresa Aguiar Feres Auditores Independentes S/S (EPP), inscrita no CNPJ sob o nº 05.152.318/0001-01, processo administrativo nº 50840.000158/2015-51, pregão eletrônico nº 04/2015, no valor de R\$ 14.780,00 (quatorze mil setecentos e oitenta reais), por um período de 12 (dode) meses, com objetivo de prestar serviços de auditoria independente no exame das demonstrações financeiras de 2015 e outros controles, conforme especificado abaixo:

Quadro 10 - Serviços da Auditoria Independente

Item	Descrição	Und	Qtd
1	* Análise e avaliação do Balancete do 1º trimestre com encerramento em 31/03/2015.	Relatório	1
2	* Análise e avaliação do Balancete do 2º trimestre com encerramento em 30/06/2015.	Relatório	1
3	* Análise e avaliação do Balancete com encerramento em 30/09/2015.	Relatório	1
4	* Análise e avaliação do Balancete com encerramento em 31/12/2015.	Relatório	1
5	* Assessoramento para o encerramento do exercício e elaboração das Demonstrações Financeiras e das Notas Explicativas, bem como participar, se convidado, da reunião do CONSAD e CONFIS.	Relatório	1

Os serviços objeto da contratação compreendem:

- a) Auditoria, exame e avaliação dos balancetes contábeis trimestrais encerrados nos meses de março, junho, setembro e dezembro de 2015, e das Demonstrações Financeiras do encerramento do exercício de 2015, e demais exercícios, no caso de prorrogação contratual, que compreendem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas,

análise do LALUR TRIMESTRAL e-LALUR, SPED contábil, SPED fiscal, e FCONT em conformidade com a Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades Anônimas, e legislação tributária pertinente, avaliação dos controles e critérios contábeis utilizados pela EPL afetos ao objeto da contratação, e outras definidas em lei, com emissão do Relatório dos Auditores Independentes, incluindo Parecer/Relatório, sobre essas demonstrações, apresentando, em caso de identificação de qualquer inconformidade, a manifestação adequada;

- b) Exame da movimentação financeira em geral, inclusive das aplicações, verificando se os saldos estão devidamente controlados e conciliados, e se a movimentação financeira obedece à legislação aplicável, e seus controles;
- c) Análise dos procedimentos contábeis utilizados, principalmente no que diz respeito à observância dos Princípios de Contabilidade e legislação societária, verificando se os registros guardam conformidade com a documentação comprobatória e se os livros Diários, Razão, e- LALUR e demais registros inerentes ao cumprimento da legislação tributária federal, estadual e distrital/municipal encontram-se devidamente formalizados e com as obrigações principais e acessórias atualizadas;
- d) Análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais ativos e passivos, e sua compatibilidade com o resultado patrimonial do exercício;
- e) Análise dos balancetes, balanço e demais demonstrações financeiras, quanto aos aspectos técnicos e formais, verificando se os valores demonstrados representam adequadamente a situação econômica e financeira da EPL;
- f) Verificação de retenções e recolhimentos de tributos e contribuições, com as respectivas declarações;
- g) Assessoramento técnico especial, por ocasião do encerramento do Exercício Social de 2015 e demais exercícios, no caso de prorrogação contratual, e na elaboração das Demonstrações Financeiras prestando orientação sobre as Notas Explicativas, de modo que sejam atendidos todos os diplomas legais que disciplinam a matéria;
- h) Reunião com os gestores da EPL, para a apresentação dos relatórios e parecer/relatório de auditoria, abordando os aspectos relevantes observados durante a execução dos trabalhos;
e
- i) Quando convidada, a Contratada deverá estar presente na reunião conjunta do CONFIS e CONSAD, para a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício abrangido pelo objeto deste Termo de Referência, para prestar esclarecimentos que se fizerem necessários, a qual deverá ocorrer em Brasília/DF, em datas a serem informadas previamente pela EPL.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de Acesso do Cidadão

5.1.1 Descrição dos Canais de Acesso ao Cidadão ao Órgão ou Entidade para Fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias e Sugestões

Os canais de acesso do cidadão à UPC para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões disponibilizados pela EPL são os seguintes: E-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão); telefone (não deve ser usado para encaminhar pedidos de informações, os pedidos devem ser feitos pessoalmente, no SIC físico da EPL, ou de forma eletrônica, por meio do e-SIC); carta e atendimento presencial.

Para acompanhar as ações vinculadas ao cumprimento da Lei 12.527/2011 (LAI), de 18 de novembro de 2011, foi utilizado o método de avaliação baseado em indicadores medidos mensalmente. Os indicadores são: Número de Atendimentos, Tempo de Resposta e Canais de Solicitação.

5.1.2 Registro de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/encaminhamento das demandas apresentadas

No período de 1º de Janeiro à 31 de Dezembro de 2015, foram realizados 51 (cinquenta e um) atendimentos, devidamente registrados no e-SIC. Destes, 21 (vinte e um) eram dúvidas, solicitações duplicadas e/ou não pertinentes à EPL. Os outros canais de solicitação (telefone, carta e presencial) não foram utilizados por nenhum cidadão. Cabe ressaltar, que até o presente momento não foram registradas por partes dos demandantes nenhuma reclamação, sugestão ou denúncia. Em comparação com exercício anterior, houve um aumento de 100% (cem por cento) no número de demandantes que responderam ao questionário de avaliação de satisfação disponível no e-SIC.

Com relação ao demonstrativo de satisfação dos cidadãos/usuários, importa ressaltar que, das 51 (cinquenta e uma) demandas registradas e respondidas no e-SIC, apenas 15 (quinze) demandantes responderam ao questionário de satisfação, sendo que 10 (66%) deles manifestaram concordância parcial a total para a afirmativa que a resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido e 14 (93%) concordaram total ou parcialmente com a afirmativa de que a resposta fornecida foi de fácil compreensão.

5.1.3 Possíveis alterações dos procedimentos adotados pela unidade decorrente das informações disponibilizadas nos canais de acesso

Dentre as melhorias, estão os relatórios gerencial, estatístico e operacional, para facilitar o trabalho dos órgãos. Foram também estabelecidos sinalizadores para lembrar às áreas técnicas o vencimento dos pedidos.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Conteúdo não se aplica à unidade

Justificativa:

O art. 11, do Decreto nº 6.932, de 11 de Agosto de 2009, dispõe que:

Art. 11. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao cidadão deverão elaborar e divulgar Carta de Serviços ao Cidadão, no âmbito de sua esfera de competência.

§ 1º A Carta de Serviços ao Cidadão tem por objetivo informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público [...].

Considerando que a EPL não presta serviços diretamente ao cidadão, a empresa está legalmente isenta da publicação da Carta de Serviços.

5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Conteúdo não se aplica à unidade

Justificativa:

As informações referentes a este item devem ser consignadas pelas unidades integrantes do Poder Executivo que prestam serviços diretamente ao cidadão nos termos do art. 12 do Decreto 6932/2009.

Considerando que a EPL não presta serviços diretamente ao cidadão, a empresa está isenta da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada.

5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

As informações referentes à atuação do SIC, julgadas úteis à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, encontram-se disponíveis no *link* <http://www.epl.gov.br/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic-epl1>.

As informações acerca dos relatórios institucionais, tais como Relatório de Administração e Relatório de Gestão, estão disponíveis para acesso em <http://www.epl.gov.br/relatorios>.

As informações referentes a Processos de Contas Anuais encontram-se disponíveis no *link* <http://www.epl.gov.br/auditorias>.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Desempenho Financeiro no Exercício

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes financeiras emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP (*Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*) – assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os fatos contábeis foram registrados pelo Valor Original e os saldos apresentados em unidade de Real (R\$ 1).

Quadro 11 - Informações Econômico-Financeiras EPL 2015

	2015	2014
Receita Bruta de Subvenções Governamentais - R\$	42.423.133,32	49.062.567,03
Outras Receitas Operacionais - R\$	-	296,85
Despesas Operacionais - R\$	57.026.200,44	48.814.012,62
Receitas (-) Despesas Financeiras - R\$	-2.312.454,00	-235.645,78
Tributos Sobre Lucro Real (Imp. Renda e Cont. Social) - R\$	-	755.567,18
Receita Não Operacional - R\$	1.121.748,70	-
Despesa Não Operacional - R\$	3.368.821,93	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício - R\$	- 19.162.594,35	- 742.658,55
Liquidez Corrente - R\$	6,81	6,82
Capital Social Integralizado - R\$	50.000.000,00	50.000.000,00

No exercício de 2015 a Empresa recebeu a importância de R\$ 42.423.133,32, a título de subvenção governamental, recursos que suportaram majoritariamente as despesas com pessoal e encargos. A Empresa recebeu também do Tesouro Nacional a importância de R\$ 15.436.606,19 para aplicação em investimentos, sendo contabilizado como adiantamento para aumento de capital, no Passivo Não Circulante. O prejuízo líquido observado em 2015 é explicado pela não integralização dos aportes de recursos para suportar estes investimentos, que dependem de deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas e, enquanto não são realizados, implicam na ocorrência de despesas financeiras. Adicionalmente, o prejuízo verificado também é explicado pela amortização de ativos intangíveis (estudos e projetos), depreciação e provisões.

6.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

A depreciação e a amortização dos bens patrimoniais da empresa são feitas de forma linear, em conformidade com as NBCT 16.9 e 16.10, Lei 6.404 e ajustada ao decreto 3000/99 (Regulamento do Imposto de Renda), considerando tratar-se de empresa pública, com depreciação dos bens corpóreos/imobilizado, com base na vida útil estimada e amortização



dos bens intangíveis/incorpóreos. Quanto à avaliação e mensuração dos bens, tratando-se de uma empresa com pouco tempo de operação, seus bens estão todos em muito bom estado de conservação, sobre os quais entendemos ser desnecessário a aplicação desse procedimento.

6.3 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

Ainda não foi implantada a contabilidade de custos no âmbito da EPL.

6.4 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas

As Demonstrações Financeiras da EPL constam no Anexo II do Relatório de Gestão.

7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 Gestão de Pessoas

A força de trabalho da EPL é composta por cargos comissionados, autorizados pelo DEST, por meio da Portaria nº 30, de 2013, e tem como objetivo viabilizar o funcionamento da EPL no período inicial de sua instalação, até que seja aprovado, pelo mencionado Departamento, a proposta do Plano de Cargos e Salários da Empresa.

O parágrafo único do art. 14 da Lei nº 12.743, de 2012, prevê ainda que:

Fica autorizada, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contado da data de instalação da EPL, a cessão de servidores e empregados públicos à EPL, independentemente da ocupação de cargo em comissão ou função de confiança, assegurados aos servidores e empregados públicos todos os direitos e vantagens a que fariam jus no órgão ou entidade de origem.

A Empresa está submetida a regime de pessoal previsto na CLT e, pelo fato de ser Empresa Pública, a formação de seu quadro de pessoal próprio, se dará mediante a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

No que se refere à força de trabalho específica de cada uma das Unidades Organizacionais, registramos que o perfil profissional dos empregados subordinados às Gerências foi definido levando-se em consideração as competências regimentais de cada uma delas.

Para tanto, foram feitas entrevistas para seleção de profissionais a fim de identificar aqueles que mais se adequavam ao perfil necessário, tanto em termos de conhecimento técnico-específico como experiência na área de atuação, comprovados mediante apresentação de currículo e desempenho durante a entrevista.

No que se refere à capacitação e treinamento, a EPL fortaleceu seu plano de capacitação anual, com a finalidade de, por meio de ações de capacitação, integrar as competências de seus empregados à consecução das estratégias e propósitos da Empresa.

Como a empresa não tem quadro efetivo, somente cargos comissionados de livre provimento, não foram adotadas políticas de retenção de empregados.

A Unidade Jurisdicionada, quando do início do processo de nomeação ou apresentação de servidor/empregado cedido para a EPL, tem como procedimento apresentar uma relação de documentos a serem preenchidos com informações pessoais necessárias para a nomeação, sem os quais não será efetuada. Os documentos e respectivos formulários irão compor o assentamento funcional do comissionado, de onde também constarão todas as ocorrências e situações que o acompanharão durante sua estada na EPL.

As formas de controle para a verificação da acumulação indevida é o preenchimento da “Declaração de Acumulação de Cargo e Emprego” no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, bem como a utilização do SIAPE, que identifica as vinculações dos cargos.

Em virtude de a EPL ser dependente 100% (cem por cento) dos recursos da União para efetuar o pagamento dos seus comissionados, utiliza o sistema SIAPE, o qual possui regra interna para leitura de vínculos empregatícios, permitindo verificar a existência de acumulação de cargos e o devido impedimento de inclusão.

Em se tratando de servidor/empregado cedido para a EPL, cujo órgão de origem não efetue o pagamento via SIAPE, é solicitado o preenchimento de formulário “Dados de Ingresso no Órgão de Origem”, contendo os dados do órgão de origem, data de ingresso, cargo/emprego efetivo, nível de escolaridade, jornada de trabalho, nível de atuação, entre outros, bem como requerido o último contracheque para fins de inclusão de remuneração extra-SIAPE, cálculo do abate-teto (se for o caso) e também o desconto da Previdência Social.

7.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

(i) Força de Trabalho da EPL

Quadro 12 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não se aplica	30	4	15
Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	160	129	2	16
Total de Servidores	160	159	6	31

Fonte: SIAPE – Gerencial de cargos - dez/2015; Ofício Circular SEI nº 170/2015-MP e resposta EPL por meio eletrônico.

(ii) Distribuição da Força de Trabalho entre Área meio e Área fim

Quadro 13 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira	Não se aplica	Não se aplica
Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	9	21
2. Servidores com Contratos Temporários	Não se aplica	Não se aplica
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	70	59
4. Total de Servidores	78	81

Fonte: GEPES

(iii) Estrutura de Cargos em Comissão e de Funções Gratificadas da EPL

Quadro 14 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não se aplica	30	4	15
Sem Vínculo	160	129	2	16
Aposentados	Não se aplica	-	-	-
2. Funções Gratificadas	Não se aplica	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função	160	159	6	31

Fonte: GEPES

(iv) Análise Crítica

A EPL mantém suas atividades com pessoal ocupante de cargo comissionado de livre provimento, conforme detalham os quadros acima, em quantidade aprovada pelo DEST, não havendo questões relevantes que mereçam ser destacadas, como afastamentos por motivo de saúde ou aposentadorias.

7.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 15 - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2015	0	14.924.220,00	1.177.700,00	0	0	254.123,19	0	0	16.356.043,19
	2014									
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2015	0	3.063.392,06	201.448,52	0	0	0	0	0	3.264.840,58
	2014									

Fonte: Sistema SIAPE – Planilha de Provisionamento

Obs.: Impossibilidade de separação dos valores de ressarcimento auxílio saúde por ser uma única rubrica no SIAPE.

7.1.3 Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal

Encontra-se em processo de análise e avaliação o processo de Administração de Riscos Corporativos (ARC), o qual deverá ser aplicado a toda organização, em todos seus níveis e unidades, conforme disposto no item 4.5 deste Relatório.

7.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

7.1.4.1 Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 16 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.						
UG/Gestão: 395001/39253						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviços de limpeza e conservação a serem realizados de modo contínuo nas dependências da EPL.	06.350.074 /0001-34	26/12/2012	25/12/2016	Fundamental	P
2012	Prestação de serviços de vigilância e segurança armada e desarmada a serem executados nas dependências da EPL.	08.875.253 /0001-10	20/12/2012	19/12/2016	Fundamental	P
2013	Prestação de serviços de recepcionistas, incluindo o fornecimento dos insumos necessários ao atendimento das necessidades da Empresa de Planejamento e Logística S.A- EPL, no Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C, SCS Quadra 09, Lote C, 7º e 8º andares, Brasília/DF.	04.416.687 /0001-00	14/11/2013	10/09/2015	Médio	E
2014	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos de pequeno e médio porte, sem e com motoristas habilitados na categoria correspondentes, para atender as necessidades da EPL.	06.320.095 /0001-07	11/04/2014	10/04/2016	Fundamental	P

2014	Prestação de serviços, de forma contínua, de copeiragem, garçom e carregador, para atendimento das necessidades da Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, em Brasília/DF.	04.248.842 /0001-18	04/08/2014	03/08/2015	Fundamental	E
2015	Contratação de serviços continuados de recepcionista, copeira, garçom, carregador e encarregado geral incluído o fornecimento dos insumos necessários ao atendimento das necessidades da Empresa de Planejamento e Logística S.A - EPL, no Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C, SCS, Quadra 9, Lote C, 7º e 8º andares, em Brasília-DF.	12.879.878 /0001-28	04/08/2015	03/08/2016	Fundamental	A

Fonte: GESUP

7.1.4.2 Contratação de Estagiários

A política de contratação de estagiários é viabilizada a partir do acesso ao banco de estudantes do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), entidade com a qual a EPL firmou contrato para promoção do seu Programa de Estágio.

Assim, a EPL conta com um rol de estudantes pré-selecionados de acordo com o perfil especificado em cada Unidade Organizacional da Empresa.

A EPL instituiu a Norma Interna nº 4, de 13 de março de 2015, a qual dispõe sobre os procedimentos relacionados ao estágio supervisionado e as condições para execução e avaliação dos estagiários.

Para a área meio e Presidência, foram disponibilizadas, em dezembro de 2015, 17 (dezessete) vagas de estágios e para a área finalística 9 (nove) vagas.

Ressaltamos que a parceria entre a EPL e o CIEE vem se consolidando com resultados positivos, contribuindo para a formação de um ambiente de aprendizagem organizacional.

7.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

7.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Conteúdo não se aplica à unidade

Justificativa:

A EPL não possui bens imóveis, bem como contratos de manutenção predial. Quanto ao Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), a EPL registra as informações sobre o imóvel locado.

7.3 Gestão da tecnologia da informação

Na EPL, a Gestão de Tecnologia da Informação está sob a responsabilidade da Gerência de Tecnologia da Informação (GETIC) estruturada nas áreas:

- (i) Governança de TIC, com as atribuições de criar mecanismos para promover a gestão de continuidade dos negócios da EPL, elaborar e coordenar a execução do Plano de Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e Implantar governança de TI alinhada aos objetivos estratégicos da Empresa.
- (ii) Infraestrutura, com as atribuições de promover a segurança dos recursos computacionais, propor normas e procedimentos para o uso seguro e eficiente dos ativos de rede, monitorar e tratar os incidentes de rede da EPL; e
- (iii) Sistemas de Informação, com as atribuições de definir normas, padrões e procedimentos para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, sítios e administração de base de dados, promover a avaliação e o aperfeiçoamento dos sistemas de informação da EPL e gerir processo para o desenvolvimento de softwares.

Atualmente, a gerência de TI realiza a gestão do Catálogo de Serviços de TIC para os usuários, com 125 (cento e vinte e cinco) itens, contando com empresa terceirizada para execução dos serviços, sustentando um alto nível de atendimento, avaliado pelos usuários, como ótimo e bom, configurando em apoio eficaz ao cumprimento dos objetivos institucionais da EPL.

A gerência de TI mapeou processos para execução de serviços, pela empresa contratada, com base nas melhores práticas previstas nos processos ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*), tais como: gerenciamento de catálogo de serviços, gerenciamento nível de serviço, gerenciamento de conhecimento, gerenciamento de demanda (incidente e requisição), gerenciamento de mudança dentre outros.

A Gerência atua, ainda, como secretaria do Comitê de Tecnologia da Informação (CTI), instituído pela Portaria nº 48/2012, composto por um representante de cada uma das áreas da EPL. Compete ao CTI as seguintes atribuições:

- (i) supervisionar as ações de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- (ii) promover o alinhamento entre as atividades da Tecnologia da Informação e Comunicações e as estratégias de negócio da EPL;

- (iii) priorizar e coordenar investimentos e projetos de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- (iv) aprovar e acompanhar a execução do PDTI;
- (v) referendar decisões técnicas de, arquitetura e infraestrutura de Tecnologia da Informação;
- (vi) assessorar na implementação das ações de Tecnologia da informação e Comunicações;
- (vii) apoiar a alta direção nos assuntos referentes à Tecnologia da Informação;
- (viii) propor normas relativas à tecnologia da informação e comunicações; e
- (ix) propor revisões em documentos relacionados ao CTI.

Em 2015, foi realizado o levantamento de necessidade de capacitação para a equipe de TI, objetivando aprimorar a entrega de produtos e serviços, sendo realizadas as seguintes capacitações:

- (i) Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, Gestão de Projetos, Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação, realizado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP);
- (ii) Fundamentos de Governança de TI, realizado pela Universidade de Brasília (UnB); e
- (iii) Gestão Estratégica com uso do BSC, contratado pela EPL.

7.3.1 Principais Sistemas de Informações

Abaixo, estão listados, de maneira não exaustiva, os principais sistemas da EPL que contribuem para realização da missão e objetivos institucionais.

1. Sistema de Gestão de Documentos (SGDOC)

- (i) **Objetivo:** Sistema de gestão da informação documental da EPL, que permite o controle de documentos e de processos.
- (ii) **Principais Funcionalidades:** Registro, tramitação, avaliação, arquivamento e destinação dos documentos elaborados na empresa.
- (iii) **Criticidade para unidade:** O sistema é responsável por toda a tramitação e controle dos documentos gerados na Empresa e o armazenamento das informações no banco de dados do sistema. Sua manutenção é realizada atualmente pela equipe de TI que compõem o quadro técnico da empresa. Como medida para mitigar o risco está em estudo a implementação do SEI (Sistema Eletrônico de Informação), conforme orientação do Ministério do Planejamento.
- (iv) **Manutenção:** o sistema foi cedido para EPL e a manutenção é própria, realizada pelos técnicos lotados na área de Tecnologia da Informação.

2. Portal Institucional

- (i) **Objetivo:** Disponibilizar informação institucional dando visibilidade ao cidadão sobre as ações realizadas pela Empresa.
- (ii) **Principais Funcionalidades:** Gerenciador de conteúdo, consulta online, *upload* e *download* de arquivos e imagens.
- (iii) **Criticidade para unidade:** O portal é implementado usando o gerenciador de conteúdo Publicare, software que é mantido exclusivamente pela Empresa. Como medida para mitigar o risco, está em andamento o estudo de ferramenta com funcionalidades equivalente ou superior, para substituir a ferramenta.
- (iv) **Manutenção:** Própria, realizada pelos técnicos lotados na área de Tecnologia da Informação.

3. Solução de Modelagem de transportes (Visum/Vissim)

- (i) **Objetivo:** Análise de tráfego e gerenciamento de dados para modelagem de cenários e planejamento de infraestrutura de transporte.
- (ii) **Principais Funcionalidades:** modelar redes de transporte e demanda de viagens, analisar o tráfego, planejar serviços de transporte e desenvolver estratégias de transporte soluções avançadas, simulação para criar resultados computacionais detalhados ou animações 3D para diferentes cenários.
- (iii) **Criticidade para unidade:** imprescindível para as atividades de planejamento de transportes na empresa.
- (iv) **Manutenção:** realizada pela prestadora de serviço.

4. Solução integrada de gerenciamento de portfólio e projetos (Channel)

- (i) **Objetivo:** Auxiliar a empresa no controle dos seus portfólios, em conformidade com as melhores práticas e padrões internacionais de gestão.
- (ii) **Principais Funcionalidades:** Planejamento, execução e controle de projetos, programas e portfólios em um ambiente integrado e colaborativo.
- (iii) **Criticidade para unidade:** A internalização da ferramenta na gerência de TI.
- (iv) **Manutenção:** Realizada pela empresa contratada.

5. Sistema de Cadastro de Empregados

- (i) **Objetivo:** Cadastro de empregados da empresa.
- (ii) **Principais Funcionalidades:** cadastro, geração de informações para envio ao DEST.



(iii) **Criticidade para unidade:** Sistema importante para o fornecimento de informações de gestão de pessoas para o DEST (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais).

(iv) **Manutenção:** Própria, realizada pelos técnicos lotados na área de Tecnologia da Informação.

7.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

(i) PETI - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

No segundo semestre de 2015 foi realizado o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) da EPL, com o apoio de empresa especializada, onde foram estabelecidos os caminhos a serem trilhados pela empresa, no que se refere a Tecnologia da Informação.

(ii) PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da EPL é o instrumento operacional utilizado pela Empresa para estruturar seu ambiente tecnológico e acomodar a execução das diretrizes estratégicas definidas para os exercícios de 2013 a 2015.

Este instrumento possibilita alinhar os recursos aplicados em TI, eliminar o desperdício, garantir o controle e aplicar recursos no que é mais relevante. Além disso, é uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para o gestor, habilitando-o a agir de forma proativa contra as ameaças e a favor das oportunidades.

No primeiro semestre de 2015, foi aprovada em reunião do CTI a prorrogação do Plano até julho de 2016, uma vez que o novo Plano deve ser alinhado com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI).

7.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

7.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Não há, na EPL, uma política formal de sustentabilidade ambiental, como também ainda não foi implementado o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), conforme previsto no art. 16 do Decreto 7.746/2012.

Contudo, a empresa já adota algumas práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos, tais como: uso racional de papel para impressão, copos descartáveis, energia elétrica e água; coleta seletiva; compras e contratações sustentáveis; e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Para redução de consumo próprio de papel, os funcionários são orientados a imprimir apenas documentos estritamente necessários, utilizando sempre a opção de impressão em frente e verso da folha. Nas aquisições de papel, foi exigida a compra de 35% de papéis reciclados em relação ao papel alcalino, sendo adotado, gradualmente, a sua substituição no âmbito da Empresa.

Além disso, o Regulamento Interno RI-001-01-GAB-ATOS ADMINISTRATIVOS, que tem por finalidade definir os atos administrativos da EPL, preconiza a utilização da fonte Ecofont em todos os atos elaborados pela Empresa.

Quanto ao uso racional de energia elétrica e água, os funcionários são orientados a desligar seus computadores após o expediente, bem como a desligar as lâmpadas ao se ausentar do local. No ambiente interno da empresa, são utilizadas, lâmpadas fluorescentes tubulares com luminárias espelhadas, as quais possuem longa duração, alta eficiência e baixo consumo de energia, bem como são utilizadas torneiras automáticas em todos os banheiros da Empresa.

Importante ressaltar também que o edifício em que a EPL está locada possui sistema de automatização predial, o que possibilita o desligamento programado do ar condicionado e da iluminação de acordo com horário de funcionamento da Empresa.

No que se refere à coleta seletiva, o edifício em que a EPL está locada disponibiliza 4 (quatro) contêineres para coleta de papelão, papel e jornal para os locatários. O material é recolhido toda sexta-feira, sendo realizada coleta, triagem e distribuição para indústrias de reciclagem fora de Brasília. Além disso, é realizado o descarte ecológico das lâmpadas com auxílio de parceiro qualificado no gerenciamento de resíduos, no tratamento e acondicionamento correto dos materiais para proteção ambiental.

Nos Editais de licitação, a EPL também adota, em linhas gerais, às disposições estabelecidas no Decreto nº 7.746/2012, a exemplo dos seguintes editais (por amostragem):

Quadro 17- Adoção do Decreto nº 7.746/2012 nos Editais de Licitação

Edital	Objeto
Pregão 05/2015	Material de Expediente
Pregão 02/2015	Fornecimento de materiais bibliográficos nacionais e estrangeiros
Pregão SRP 01/2015	Registro de Preços para contratação de serviços de impressão, cópia e digitalização (outsourcing)
RDC nº 02/2016	Licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF – 1515, no trecho entre Estrela D’Oeste (SP) e Três Lagoas (MS)
RDC nº 01/2016	Licenciamento ambiental das obras de duplicação e regularização das Rodovias Federais BR-365/MG e BR-364/GO

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Conteúdo não se aplica à unidade

Justificativa:

Não existem deliberações do TCU que contenham determinações/recomendações à EPL no exercício de 2015.

8.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Após exame de prestação de contas anual, a CGU emitiu, em dezembro de 2015, o Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201503648, em que foram indicadas 22 (vinte e duas) recomendações à EPL sobre os seguintes temas: Gestão do Suprimento de Bens/Serviços; Controles Internos e Gestão de Recursos Humanos. Das recomendações citadas, 3 (três) já foram atendidas e 20 (vinte) encontram-se em monitoramento, as quais terão a situação atualizada à CGU no final de abril de 2016.

Vale destacar que, independente das recomendações da CGU, a EPL, por meio do Certificado de Auditoria Anual de Contas nº 201503648, teve seu processo de prestação de contas do exercício anual de 2014 aprovado sem ressalvas.

A Assessoria de Gestão de Resultados (ASGER), com o suporte da Auditoria Interna da EPL, é a área responsável por monitorar, periodicamente, o andamento das recomendações da CGU. Tal monitoramento é controlado por planilhas Excel e pelo sistema monitor da CGU.

8.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Conteúdo não se aplica à unidade

Justificativa:

No exercício de 2015, não houve caso de dano ao erário.

8.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A ordem cronológica é instituto previsto em Lei e que vincula a Administração Pública a efetuar os pagamentos aos fornecedores em conformidade com a exigibilidade dos créditos que se apresentem ao pagamento.

Tal instituto, no que tange ao pagamento dos contratos administrativos, está previsto no art. 5º da Lei 8.666/93.

A EPL utiliza a programação financeira como instrumento eficaz de controle para honrar a exigibilidade dos títulos de créditos quanto à execução financeira. Nesse sentido, de modo geral, são cumpridos os cronogramas físico-financeiros, especialmente quanto aos contratos de serviços terceirizados, aluguel e prestação de serviços.

Quanto aos contratos de licenciamento ambiental, as adequações de cronogramas foram realizadas por meio de Termo Aditivo, devidamente justificados pela área técnica. Segue relação dos contratos que tiveram adequação de cronograma: Contrato n° 12/2013, n° 13/2013, n° 31/2013, n° 32/2013, n° 04/2014, n° 06/2014, n° 09/2014, n° 15/2014.

Atualmente, os controles dos cronogramas ficam sob a responsabilidade da fiscalização. No entanto, está em desenvolvimento o Sistema de Gestão de Contratos, no qual poderá ser realizado, via sistema, o acompanhamento do cronograma físico-financeiro pelos Gerentes e Diretoria.

8.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

Quanto à demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, o levantamento da EPL ainda está em andamento. Foi utilizado, até o momento, o “Roteiro das Orientações a serem Expedidas pela SLTI” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Preliminarmente, apenas o contrato listado a seguir poderia ser abrangido pela desoneração da folha de pagamento:

Quadro 18 - Contrato abrangido pela Desoneração da Folha de Pagamento

Contrato	Vigência	Contratada	Valor do Contrato	Valor Aditivo	Sector da Economia do Beneficiário*	Fundamento Legal
27/2013	25/09/13 a 24/09/16	Imagem Geosistemas e Comércio LTDA CNPJ 67.393.181/0001-34	3.681.603,08	Não há Aditivo	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; consultoria em tecnologia da informação; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; serviços de cartografia, topografia e geodésia	Em fase de enquadramento

*Considerando atividade econômica expressa no CNPJ.



Não há, até o momento, montantes ressarcidos em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012

Os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2859-41/2013 – Plenário/TCU, que determinaram a revisão dos contratos abrangidos pela desoneração da folha de pagamento, foram suspensos recentemente pelo próprio Tribunal de Contas da União, uma vez que, interposto pedido de reexame, o mesmo foi admitido (Anexo I), o que termina por suspender igualmente os trabalhos em andamento, de modo que não há data prevista para sua conclusão.

8.6 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

Em 2015, não houve despesa para publicidade institucional, mercadológica e de utilidade pública, assim como não há contrato para realização destes tipos de publicidade.


O único contrato nessa área é o de publicidade legal, firmado com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).




Empresa de Planejamento e Logística


ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

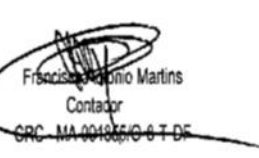
A.1.1 Balanço Patrimonial

 EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A - EPL CNPJ 15.763.423/0001-30 BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31 DEZEMBRO							
ATIVO	Notas	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	Notas	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		20.527.319,95	28.134.628,39	CIRCULANTE		3.012.730,98	3.831.511,83
Caixa e Equivalente	(3.1)	10.415.009,87	8.743.305,01	Contas a Pagar		3.012.730,98	3.075.005,76
Banco Conta Movimento		4.047.604,40	2.971.025,38	Fornecedores	(3.9)	1.083.874,71	756.506,07
Tesouro limite de Saque		4.047.604,40	2.971.025,38	Ordenados e Salários a Pagar	(3.10)	272.846,00	-
Aplicações Financeiras		6.367.405,47	5.772.279,63	Consignações a Recolher		-	399.003,14
Caixa Econômica Federal		6.367.405,47	5.772.279,63	Encargos Sociais a Recolher	(3.11)	43.520,37	533.354,69
Outros Créditos		10.112.310,09	17.391.323,38	Pessoal Requisitado a Ressarcir		-	276.097,27
Estoque	(3.3)	102.003,90	109.758,19	Credores Diversos	(3.12)	12.264,51	-
Adiantamento a Empregados	(3.4)	267.553,55	142.368,26	Provisões	(3.13)	1.600.225,39	1.866.550,66
Imposto a Recuperar	(3.5)	446.420,78	292.202,87	NÃO CIRCULANTE		42.453.000,66	21.404.805,06
Outros Valores a Recuperar	(3.7)	3.815,46	514,71	Crédito para Aumento de Capital	(3.14)	40.868.656,67	21.404.805,06
Descentralização de Créditos/Financeiro		9.268.064,45	16.846.479,33	Provisões p/Causas Trabalhista/Cível	(3.15)	1.584.343,99	-
Depósito Recursal	(3.6)	24.451,95	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		29.653.243,66	48.837.153,74
NÃO CIRCULANTE	(3.8)	54.591.655,34	47.938.842,24	Capital Integralizado	(3.16)	50.000.000,00	50.000.000,00
Imobilizado Líquido		11.672.151,71	14.159.140,19	Lucros ou Prejuízos Acumulados	(3.17)	(20.346.756,34)	(1.162.846,26)
Bens Móveis		10.519.033,22	12.477.189,36				
Bens Imóveis		1.153.118,49	1.681.950,81				
Intangíveis		42.919.503,63	33.779.702,05				
TOTAL DO ATIVO		75.118.975,30	74.073.470,63	TOTAL DO PASSIVO		75.118.975,30	74.073.470,63


 Daniel Sigelmann
 Diretor Presidente
 CPF: 021.484.577-05


 João Victor Pereira Domingues
 Diretor
 CPF: 540.197.870-53


 Yolanda Correa Pereira
 Diretora
 CPF: 214.509.942-53


 Francisco Adriano Martins
 Contador
 CRC - MA 004965/O-6 T DE

A.1.2 Demonstrações de Resultado



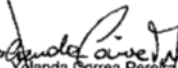
EPL Empresa de Planejamento e Logística S.A


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em R\$ 1,00

Títulos	Notas	2015	2014
RECEITAS OPERACIONAIS		42.423.133,32	49.062.567,03
Repasse Recebidos	(3.19)	29.694.850,04	37.247.067,69
Operações Intrasipl	(3.20)	12.728.283,28	11.815.202,49
Outras Receitas Operacionais		-	296,85
Custos dos Produtos e dos Serviços		-	-
LUCRO BRUTO	(3.21)	42.423.133,32	49.062.567,03
DESPESAS OPERACIONAIS		57.026.200,44	48.814.012,62
Despesas Administrativas		57.026.200,44	48.814.012,62
Pessoal e Encargos	(3.22)	28.734.117,46	29.169.635,10
Despesa com Material de Consumo		35.426,16	78.196,94
Serviços de Terceiros	(3.23)	10.388.002,00	8.869.614,10
Outros Serviços de Terceiros	(3.24)	1.879.471,12	2.430.812,75
Despesas Tributárias	(3.25)	1.239.599,07	100.312,96
Despesa Depreciação/Amortização	(3.26)	13.165.240,64	8.165.440,77
Provisões para Causas Cíveis	(3.27)	1.217.763,90	-
Provisões para Causas Trabalhistas	(3.28)	366.580,09	-
Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras		-14.603.067,12	248.554,41
Receitas e Despesas Financeiras		-2.312.454,00	-235.645,78
Receitas Financeiras	(3.29)	1.715.631,70	553.921,85
Despesas Financeiras	(3.30)	-4.028.085,70	-789.567,63
RESULTADO OPERACIONAL		-16.915.521,12	12.908,63
RECEITA NÃO OPERACIONAL	(3.31)	1.121.748,70	-
Ganho na Alienação de Bens		1.121.748,70	-
DESPESA NÃO OPERACIONAL		3.368.821,93	-
Despesas de Custeio com Acordos de Cooperação Técnica	(3.32)	3.368.821,93	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO CSLL/IRPJ	(3.33)	-19.162.594,35	12.908,63
Contribuição Social		-	201.591,31
Imposto de Renda		-	553.975,87
RESULTADO FINAL DO EXERCÍCIO		-19.162.594,35	-742.658,55


Daniel Sigelmann
Diretor Presidente
CPF: 021.484.577-05


João Pedro Almeida Domingues
Diretor
CPF: 540.157.370-53


Yolanda Correa Pereira
Diretor
CPF: 214.509.942-53


Francisco Antonio Martins
Controlador
CRC - MA-001855/O-8-T



Empresa de Planejamento e Logística

A.1.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido




Empresa de Planejamento e Logística S.A
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em R\$ 1,00

Histórico	Nota	Capital Social	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2013		34.384.066,51	(400.543,86)	33.983.522,65
Integralização do Capital 2014		15.615.933,49	-	15.615.933,49
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(19.643,85)	(19.643,85)
Resultado do Exercício		-	(742.658,55)	(742.658,55)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		50.000.000,00	(1.162.846,26)	48.837.153,74
Ajustes de Exercícios Anteriores	(3.18)	-	(21.315,73)	(21.315,73)
Resultado do Exercício		-	(19.162.594,35)	(19.162.594,35)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		50.000.000,00	(20.346.756,34)	29.653.243,66


Daniel Sigelmann
Diretor Presidente
CPF: 021.484.577-05


João Vítor Oliveira Domingues
Diretor
CPF: 540.197.370-53


Yolanda Correa Pereira
Diretora
CPF: 214.509.942-53


Francisco Antonio Martins
Contador
CRC - MA-001855/O-8-T

A.1.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Empresa de Planejamento e Logística S/A

DEZEMBRO DE 2015			
Atividades Operacionais	Nota	2015	2014
(+) Comissão Sobre Operação Empréstimo Consignado	(3.36)	-	296,85
(+) Receita Financeira		1.715.631,70	553.921,85
(-) Fornecedores		11.975.530,64	11.378.623,79
(+) Estoque (Almoxarifado)		7.754,29	95.470,68
(+) Acordo de Cooperação Técnica		7.578.414,88	14.934.141,57
(-) Adiantamento a Empregados - Resgate		125.185,27	15.640,62
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores		21.315,63	19.643,85
(-) Impostos a Recuperar		154.217,91	75.490,19
(-) Outras Despesas		0,00	121.807,36
(-) Outros Valores a Recuperar		798,91	0,00
(-) Depósito Recursal		24.451,95	
(-) Pagamento de Obrigações de 2014		1.148.651,33	1.718.770,87
(-) Despesas Tributárias		1.239.599,07	0,00
(-) Despesas com Acordo de Cooperação Técnica		3.368.821,93	0,00
(-) Despesas Financeiras		840,28	
(-) Pessoal e Encargos Sociais da EPL		-28.734.117,46	-29.169.635,10
(-) CSLL		-	-201.591,31
(-) IRPJ		-	-553.975,87
Total das Atividades Operacionais (A)		- 37.491.729,51	57.699.291,27
Atividades de Investimentos			
		2015	2014
(-) Aquisição de imobilizado		881.574,15	3.221.700,47
(-) Aquisição Intangível		20.628.426,27	24.458.826,09
(-) Aquisição de ações/quotas		-	-
(+) Receb. por vendas de permanentes ocorridas:		2.813.695,28	-
(+) Receb. de dividendos/Juros s/ capital próprio		-	-
Total das Atividades de Investimentos (B)		- 18.696.305,14	-27.680.526,56
Atividades de Financiamentos			
		2015	2014
(+) Repasses recebidos		29.694.850,04	37.247.067,69
(+) Repasse por Operação Intrasiáf		12.728.283,28	11.815.202,49
(+) Crédito para Aumento de Capital - Recursos para Investim.		15.436.606,19	20.636.731,83
(+) Integralização de ações próprias		-	15.615.933,49
Total das Atividades de Financiamentos (C)		57.859.739,51	85.314.935,50
Total Geral (A+B+C)		1.671.704,86	64.882,33
Disponibilidades – no início do período		8.743.305,01	8.808.187,34
Disponibilidades – no final do período		10.415.009,87	8.743.305,01

Daniel Sigelmann

Daniel Sigelmann
Diretor Presidente
CPF: 021.484.577-05

Yolanda Correa Pereira
Yolanda Correa Pereira
Diretora
CPF: 214.509.942-53

João Victor Oliveira Domingues
João Victor Oliveira Domingues
Diretor
CPF: 540.197.370-53

Francisco Antonio Martins
Francisco Antonio Martins
Contador
CRC - MA-001855/O-8-T



Empresa de Planejamento e Logística

A.1.5 Demonstração do Resultado Abrangente

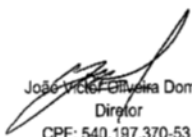


Empresa de Planejamento e Logística S.A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em R\$ 1,00

Histórico	Outros Resultados Abrangentes
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(420.187,71)
Resultado do Exercício	(742.658,55)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(1.162.846,26)
Reconhecimento de Ajuste de Exercíc. Anteriores	(21.315,73)
Resultado do Exercício	(19.162.594,35)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(20.346.756,34)

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)



Daniel Sigelmann
Diretor Presidente
CPF: 021.484.577-05


João Vitor Oliveira Domingues
Diretor
CPF: 540.197.370-53


Yolanda Correa Pereira
Diretora
CPF: 214.509.942-53


Francisco Antonio Martins
Contador
CRC - MA-001855/O-8-T

A.1.6 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2015



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2015

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, criada pela Lei Federal nº 12.404, de 4 de maio de 2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012, com sede em Brasília/DF, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no país, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias.

Conforme sua lei de criação, a EPL tem por objeto:

I - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias; e

II - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário.

Compete à EPL:

I - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes;

II - realizar e promover pesquisas tecnológicas e de inovação, isoladamente ou em conjunto com instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento e sociedades nacionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas organizacionais e



1

técnico-econômicas do setor, tendo por referência o desenvolvimento científico e tecnológico mundial, realizando as gestões pertinentes à proteção dos direitos de propriedade industrial eventualmente decorrentes;

III - planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia no setor de transportes, celebrando e gerindo acordos, contratos e demais instrumentos congêneres necessários ao desempenho dessa atividade;

IV - participar das atividades relacionadas ao setor de transportes, nas fases de projeto, fabricação, implantação e operação, visando a garantir a absorção e a transferência de tecnologia;

V - promover a capacitação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, inclusive de tecnologia industrial básica, relacionadas ao setor de transportes;

VI - subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito das políticas de logística e transporte, de modo a propiciar que as modalidades de transporte se integrem umas às outras e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes;

VII - planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito do setor de transportes em outros segmentos da economia;

VIII - obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes;

IX - desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes;

X - acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;

XI - promover estudos voltados a programas de apoio, modernização e capacitação da indústria nacional, objetivando maximizar a participação desta no fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão do setor de transportes;



EPL NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO DE 2015

XII - elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento de planos de expansão da infraestrutura dos setores de logística e transportes;

XIII - propor planos de metas voltados à utilização racional e conservação da infra e superestrutura de transportes, podendo estabelecer parcerias de cooperação para esse fim;

XIV - coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade;

XV - administrar e explorar o patrimônio relacionado ao transporte ferroviário de alta velocidade, quando couber;

XVI - promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e demais sistemas a serem utilizados no transporte ferroviário de alta velocidade com as especificações técnicas de segurança e interoperabilidade do setor;

XVII - promover a desapropriação ou instituição de servidão dos bens necessários à construção e exploração de infraestrutura para o transporte ferroviário de alta velocidade, declarados de utilidade pública por ato do Presidente da República.

XVIII - administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL;

XIX - prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;

XX - elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

XXI - elaborar projetos básico e executivo de obras de infraestrutura de transportes; e

XXII - exercer outras atividades pertinentes ao seu objeto, conforme previsão do Estatuto social.




**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO DE 2015**

No ano de 2015, a EPL deu início a revisão do seu planejamento estratégico buscando maior alinhamento às prioridades do Ministério dos Transportes/Governo Federal. Tal modernização institucional abarcou ainda a otimização dos processos de trabalho mais relevantes em busca de maior eficiência.

Da mesma forma, a EPL atua de modo intensivo para o cumprimento de suas atribuições legais e dos objetivos estratégicos, executando diferentes atividades para o planejamento integrado da logística nacional. Em 2015 foi estruturada ferramenta de planejamento que permite gerar cenários de demanda para a logística nacional, e foi apresentado para a sociedade o Relatório de Desenvolvimento do Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI).

Também merece destaque a realização de estudos e projetos, com ênfase naqueles relacionados ao Programa de Investimento em Logística (PIL). A EPL atuou como empreendedora ambiental, tanto nas concessões de rodovias e ferrovias inseridas no PIL 2012-2014, quanto na versão do programa que abrange o período 2015-2018. Nesta atividade foram logrados importantes êxitos com o licenciamento ambiental para a execução de obras nas rodovias concedidas. Tais licenças viabilizam a realização do maior programa de duplicação de rodovias da história do país.

A participação da EPL na Comissão de Seleção das Propostas de Manifestação de Interesse do PIL Rodovias e Ferrovias também foi atividade relevante desempenhada pela Empresa em 2015, contribuindo para a estruturação de bons projetos dentro do programa de concessões.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO E BASE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A. As Demonstrações Financeiras auditadas por auditores independentes, foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 e alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);

B. As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1);

C. As demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão comparativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de



EPL NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO DE 2015

dezembro de 2014;

D. A Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), na forma total, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964.

**NOTA 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
APLICADAS**

3.1 – CAIXA E EQUIVALENTE: R\$ 10.415.009,87 correspondem a saldo em 31.12.2015, e estão distribuídas da seguinte forma:

a. Conta Única-Tesouro Limite de Saque R\$ 4.047.604,40 correspondente a saldo de recursos de custeio e de investimentos no valor de R\$ 1.233.909,12 e R\$ 2.813.695,28 recebido em dezembro/2015, a título de ressarcimento dos custos para obtenção de licença ambiental da BR 050 trecho Goiás.


b. Caixa Econômica Federal- Aplicação Financeira R\$ 6.367.405,47 que corresponde ao valor da integralização inicial mínima do Capital Social acrescido dos rendimentos de aplicação financeira na referida Caixa, agência governo.

Composição do saldo da conta Limite de Saque, com vinculação de pagamento em 31.12.2015/2014:

Vinculação	31.12.2015	31.12.2014
307 – Outros Pag. Pessoal – Órgãos Integr.	141.570,94	431.161,79
309 – Pessoal Requisitado	91.476,92	337.280,98
310 – Pagamento de Pessoal	59.394,23	29.424,53
400 - Custeio/Invest. C/ Exig. De Empenho	529.162,51	1.302.850,67
400 – Custeio / Investimento	2.813.695,28	-
412 - Pagamento de Cartão de Crédito	543,46	543,46
415 – Custeio/Invest. PAC	406.883,94	864.174,12
500 – Custeio e Investimento	4.109,08	4.109,08
510 - Custeio Pagto Pessoal/Auxílios	768,04	1.480,75
Total	4.047.604,40	2.971.025,38

Variação de 36,24%, motivada pelo ressarcimento recebido da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A, correspondentes aos gastos efetuados pela EPL, para obtenção da licença ambiental para duplicação da BR 050, no valor de R\$ 2.813.695,28;

3.2 - ACORDOS DE COOPERAÇÃO E TERMOS DE COMPROMISSOS: corresponde aos saldos dos valores repassados para as instituições abaixo relacionadas em função de Acordos de Cooperação Técnicos e Termos de

 **NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO DE 2015**

Compromissos, sendo:

- a – Fundação Universidade de Brasília – Acordo de Cooperação nº 003/2013, R\$ 148.000,00;
- b – PNUD – Acordo de Cooperação nº 001/2013, R\$ 8.196.932,71;
- c – DERSA-Desenvolvimento Rodoviário S.A – Termo de Compromisso nº 001/2015, R\$ 923.131,74;

3.3 – ESTOQUE: no valor de R\$ 102.003,90, corresponde aos bens de consumo necessários para manutenção administrativa da EPL, estocados no Almoxarifado, inventariados em 31.12.2015, com predominância de material de expediente;

3.4 – ADIANTAMENTO A EMPREGADOS: corresponde a adiantamentos concedidos a colaboradores da EPL recebidos em consonância com a legislação trabalhista e regimental desta empresa face os mesmos entrarem em gozo de férias no mês de janeiro de 2016, sendo R\$ 177.878,55 para férias e R\$ 89.675,00, 50% do 13º salário, variação de 87,93%, considerando que em dezembro de 2015, 30 colaboradores receberam adiantamentos para gozo de férias em janeiro de 2016, contra 25 em 2014, para férias em janeiro de 2015;

3.5 – IMPOSTOS A RECUPERAR: corresponde:

- a – R\$ 178.797,94 de saldo de INSS recolhido por estimativa em dezembro/2012 a maior, tendo sido feito pedido de devolução à Receita Federal em março de 2013, até então não devolvido;
- b – R\$ 252.180,42, referente imposto de renda retido na fonte sobre receita de aplicação financeira do valor de R\$ 5.000.000,00 correspondente a integralização inicial mínima para constituição da ETAV, hoje EPL;
- c – R\$ 9.994,94 – de IRRF sobre folha de pagamento, recolhido a maior, estando em processo de compensação (PERDCOMP);
- d – R\$ 4.005,50 de imposto de renda pessoa jurídica e R\$ 1.441,98 de contribuição social sobre lucro líquido, pagos a maior, em função de estorno de parte de juros aplicados pela variação da taxa SELIC sobre créditos do acionista União, capitalizados até 28.03.2014, variação de 52,78% motivado pela retenção na fonte em 2015 de imposto de renda sobre aplicação financeira no valor R\$ 142.934,09, pela Caixa Econômica Federal, contra R\$ 109.240,33 em 2014;

3.6 – DEPOSITOS RECURSAIS: são depósitos recursais feitos para interposição de recursos pela EPL, em ações trabalhistas, em que é demandada como responsável subsidiária, envolvendo empregados de empresa prestadora de serviços no valor de R\$ 24.451,95.



6

EPL NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO DE 2015

3.7 – OUTROS VALORES A RECUPERAR: R\$ 3.815,46, corresponde a pequenos valores a serem descontados em folha de pagamento.

3.8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE: Corresponde às aplicações de recursos recebidos como AFAC, para aplicação em imobilizado e intangíveis, em consonância com as diretrizes emanadas pelo Ministério dos Transportes, conforme demonstramos:

TÍTULO	VALOR ADQUIRIDO	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	VALOR RESIDUAL
Bens Móveis	16.843.095,30	6.324.062,08	%	10.519.033,22
Mobiliário em Geral	2.288.511,23	604.654,44	10%	1.683.856,79
Máquinas e Equipamentos	68.454,79	3.499,08	10%	64.955,71
Aparelhos	9.147,00	1.943,06	10%	7.203,94
Computadores e Periféricos	7.057.559,82	3.523.053,78	20%	3.534.506,04
Biblioteca	14.762,78	1.914,12	10%	12.848,66
Equipamentos de Telecomunicação	250.950,00	105.350,00	20%	145.600,00
Software	4.505.936,45	1.441.568,93	20%	3.064.367,52
Equipamentos Energia Elétrica	2.494.646,00	625.322,59	10%	1.869.323,41
Utensílio de Copa e Cozinha	2.249,00	475,60	10%	1.773,40
Aparelhos de Medição e Orientação	3.200,00	159,99	10%	3.040,01
Equipamento para Áudio e Vídeo	2.780,00	92,66		2.687,34
Imobilizado em Curso	70.620,00	-		70.620,00
Outros Bens de Uso Duradouro	74.278,23	16.027,83	10%	58.250,40
Bens Imóveis	2.644.161,33	1.491.042,84	%	1.153.118,49
Instalações e Bens de Terceiros	2.644.161,33	1.491.042,84	20%	1.153.118,49
TOTAL DO IMOBILIZADO	19.487.256,63	7.815.104,92		11.672.151,71
INTANGÍVEIS	58.321.195,92	15.401.692,29	%	42.919.503,63
Cessão de Uso de Programa de Informática	5.679.128,90	2.618.451,89	20%	3.060.677,01
Projeto O/D, Pesquisa, Codificação, Tabulação e Resultado da Pesquisa	16.178.255,96	5.933.896,91	20%	10.244.359,05
Projeto Concep. de Solução Tec. Gestão de Eventos de Transportes	2.244.813,10	955.551,16	20%	1.289.261,94
Projeto Origem e Destino Transporte	4.673.600,00	1.368.213,33	20%	3.305.386,67



EPL NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO DE 2015

Aéreo de Passageiros				
Estudo de Impacto Ambiental BR 040	1.757.132,34	602.544,24	20%	1.154.588,10
Proj. Estudo Ambiental BR-040-DF/GO/MG	3.236.801,91	490.468,62	20%	2.746.333,29
Pesquisa Est. da Carac. Demanda de Carga no Brasil	1.489.000,00	227.072,52	20%	1.261.927,48
Projeto Estudo Ambiental BR-050-GO	-	-	20%	-
Projeto Estudo Ambiental BR-116-MG	3.555.909,86	473.180,67	20%	3.082.729,19
Projeto Impacto Ambiental BR-153-TO/GO	4.499.885,90	859.457,17	20%	3.640.428,73
Projeto Impacto Ambiental BR-101-BA	1.643.533,80	340.446,36	20%	1.303.087,44
Projeto Impacto Ambiental BR-163-MS	4.575.008,30	783.910,78	20%	3.791.097,52
Projeto Impacto Ambiental BR-262.-MG	1.141.797,84	168.888,04	20%	972.909,80
Projeto Impacto Amb. BR 153/262-MG	1.758.912,96	136.901,92	20%	1.622.011,04
Projeto PNUD BRA 013/2013	5.229.599,69	392.609,19	20%	4.836.990,50
Estudos e Projetos em Concessão Ferrov. STE/SISCON Contrato 02/2015	657.815,36	50.099,49	20%	607.715,87
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	77.808.452,55	23.216.797,21		54.591.655,34

A variação de 13,88% nesta rubrica, foi motivada principalmente pelo acréscimo do Intangível de R\$ 33.779.702,05 em 2014 para R\$ 42.919.503,63 em 2015;


Houve transferência da licença ambiental adquirida por esta empresa junto ao IBAMA, para duplicação da BR 050 GO/MG, mediante ressarcimento da concessionária que administra e explora, no valor de R\$ 2.813.695,28, gerando um ganho de capital de R\$ 1.121.748,70;

3.9 – FORNECEDORES: R\$ 1.083.874,71 - Correspondente a apropriação de faturas de fornecimento de materiais e prestação de serviços a serem pagas em 2016, com predominância para: Axiomas Brasil Pesquisa Cursos e Consultoria Ltda.-ME-R\$ 171.556,76; Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil-R\$ 449.500,00; Consórcio MRS/HOLLUS/MG R\$ 178.512,96; Unique Rent a Car R\$ 103.337,68; BNGL Locadora de Serviços-R\$ 48.432,29; ASC Serviços Segurança Ltda. R\$ 42.478,24. Variação de 43,27%, motivada pela apropriação no final do exercício de 2015 de várias faturas/notas fiscais das empresas a cima, obedecendo o regime de competência, para serem pagas em 2016;

3.10 – PESSOAL A PAGAR: R\$ 272.846,00 – Corresponde a diferença salarial dos colaboradores, dezembro/2015 e de 13º salário, face reajuste concedido com vigência a partir de dezembro/2015;

3.11 – ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER: R\$ 43.520,37 – Corresponde



 **NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO DE 2015**

ao valor do INSS parte empregador, sobre folha de diferença salarial de dezembro/2015;

3.12 – CREDORES DIVERSOS: R\$ 6.156,53 IRRF não recolhido. R\$ 5.435,99 - Apropriação de 13º e férias não pago a ex-empregado, por ocasião de sua demissão em agosto/2015 e R\$ 586,66 de IR descontado a maior de ex-empregada. R\$ 85,33 referente desconto indevido de INSS sobre folha de pagamento de abril/2015;

3.13 - PROVISÕES: R\$ 1.600.225,39 – corresponde a provisões para férias e os encargos sociais correspondentes, dos colaboradores e diretores da empresa;

3.14 – CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL: R\$ 40.868.656,67 – Correspondem aos Créditos da União para futuro aumento de capital, referente aos repasses recebidos e operações intrasafi, para aplicação em investimentos, como AFAC - Adiantamento para Aumento de Capital, contabilizados no passivo não circulante, acrescidos de juros pela taxa SELIC, período de março/2014 a dezembro/2015, nos termos do Decreto 6.673/98. A variação de 90,93%, corresponde ao saldo de 2014 não capitalizados, repasses recebidos em 2015, e atualização monetária.

3.15 – PROVISÕES TRABALHISTA/CÍVEIS: R\$ 1.584.343,99 – Corresponde a Provisões constituídas como prevenção para possíveis perdas com questões trabalhistas e cíveis, conforme informação prestada pela Assessoria Jurídica da empresa;

3.16 – CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 50.000.000,00 – O Capital Social Autorizado, foi integralizado inicialmente com o depósito de R\$ 5.000.000,00, mínimo exigido pela Lei 6.404/76, sendo o restante, R\$ 45.000.000,00, integralizado com os créditos recebidos da União, por meio de Programação Financeira e cotas intrasafi, como AFAC – Adiantamento para Aumento de Capital, no período de 31.01.2013 a 28.03.2014, considerando que a Assembleia Geral de Acionista já havia autorizado o uso desses créditos para sua integralização;

3.17 – PREJUÍZOS ACUMULADOS: R\$ 20.346.756,34 – Corresponde aos prejuízos acumulados até 31.12.2014 de R\$ 1.162.846,26, ajustes de exercícios anteriores efetuados em 2015 – R\$ 21.315,73 e os prejuízos de 2015 no valor de R\$ 19.162.594,35 os quais foram objetos de notas explicativas na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício; Conforme orientação feita pela Assembleia Geral de Acionistas, e considerando o prejuízo acumulado supra, elaboraremos os demonstrativos necessários para sugerir à Assembleia a amortização desses prejuízos

  9

EPL NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO DE 2015

com a conseqüente redução do Capital Social. A variação de 1.749,74% em lucros acumulados, foi ocasionado pelo prejuízo do exercício de R\$ 19.162.594,35, já explicitado nas explicações no resultado do exercício.

3.18 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – R\$ 21.315,73, corresponde aos lançamentos efetuados de competência de 2014, a saber: **Débito** de rescisão de contrato trabalhista efetuado em 2014 - R\$ 17.250,00; Débito de atualização juros SELIC de créditos para aumento de capital – R\$ 31.793,41; Juros sobre IR retido em 2014 – R\$ 91,84; Reclassificação da devolução efetuada pelo IPEA, em 23.12.2014, classificado como devolução de diárias - R\$ 505,00; Débito referente GRU de direito da EPL depositado na conta geral do Tesouro Nacional – R\$ 2.492,80; **Créditos** de: Reclassificação de despesas de 2014 para Imobilizado em 2015 R\$ 2.654,95; Reclassificação de IR para auxílio alimentação R\$ 231,66; Apropriação a maior de NFs em 2014, das empresas SERPRO e H. Print – R\$ 27.682,71; Cancelamento Curso apropriado em 2014, à empresa Sobrea-Sociedade Brasileira de Engenharia e Avaliações Ltda. R\$ 250,00;

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

3.19 – REPASSES RECEBIDOS: R\$ 29.694.850,04 – corresponde aos repasses governamentais para custeio, recebidos da União via Ministério dos Transportes, integrantes do Orçamento Geral da União, atendidos por Programação Financeira desta empresa, para cobertura das despesas de custeio.

3.20 – REPASSES POR OPERAÇÕES INTRASIAFI: R\$ 12.728.283,28 – corresponde aos pagamentos de despesas de custeio, efetuados por esta empresa, usando o limite de quotas orçamentárias, sem necessidade de solicitação por PF, considerando que as entidades credoras fazem parte do sistema SIAFI; Comparando-se o valor de recursos recebidos em 2015 (R\$ 29.694.850,04 + 12.728.283,28), com os correspondentes valores recebidos em 2014 (R\$ 37.247.067,69 + R\$ 11.815.202,49) houve uma variação de menos 13,53%, o que significa dizer que em 2015 a EPL recebeu 13,53% menos recursos de subvenção governamental para custeio que em 2014.

3.21 – LUCRO OPERACIONAL BRUTO: R\$ 42.423.133,32 - Considerando que ainda não foi implantado o sistema de custo na empresa, o lucro bruto ficou igual as receitas operacionais de subvenção governamental;

3.22 – PESSOAL E ENCARGOS: R\$ 28.734.117,46 – Corresponde as

 10

EPL NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO DE 2015

despesas apropriadas referentes a pessoal e os encargos sociais, inclusive as provisões para férias, um terço de férias e os encargos sociais parte empregador. Neste exercício essas despesas foram 1,48% inferiores que as de 2014;


3.23 – SERVIÇOS DE TERCEIROS: R\$ 10.388.002,00 – Corresponde as despesas de manutenção da EPL, com relevância para aluguel de bens imóveis R\$ 5.606.228,90; Serviços Técnicos de Pessoas jurídicas R\$ 1.655.843,72, contra as mesmas despesas de 2014 R\$ 497.374,62; Condomínio R\$ 795.071,05, contra R\$ 632.885,01, em 2014; Aluguel de Veículos R\$ 801.251,11, contra R\$ 713.720,00 em 2014; Serviços de Vigilância R\$ 509.738,88, contra R\$ 467.181,60 em 2014; Serviços de Copeiragem R\$ 472.548,32, contra R\$ 290.470,00 em 2014; Serviços de Limpeza R\$ 237.579,04 contra R\$ 167.003,88 em 2014. No seu total, os serviços de terceiros variaram 16,36% a mais que 2014. As rubricas apresentadas acima evidenciam essa variação.

3.24 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS: R\$ 1.879.471,12 – Nesta rubrica, estão alocadas as despesas com alimentação do trabalhador – R\$ 724.928,08, energia elétrica – R\$ 329.966,86, jornais, revistas e publicações – R\$ 300.020,08, assistência médica – R\$ 255.357,08; telefone R\$ 77.101,18 e outras despesas de menor valor. Relacionadas com as despesas de 2014 classificadas nesta mesma rubrica, ao contrario da rubrica Serviços de Terceiros, tiveram uma redução de 22,68%. A rubrica passagens, tiveram redução de 2014 para 2015 de 78,38%. Em 2014 houve despesas de R\$ 356.000,00 apropriadas nas prestações de contas de descentralização de créditos, sendo que em 2015 essas despesas foram classificadas em outra rubrica.

3.25 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS: R\$ 1.239.599,07 - corresponde a pagamento de taxas ao IBAMA, para obtenção de licenças ambientais das BRs: 050 – R\$ 120.592,02; BR 163 – R\$ 426.782,16; BR 040 – R\$ 249.850,97; BR 153/262 – R\$ 327.475,58, necessárias para a duplicação das mesmas. FERRONEL R\$ 7.437,50; IPTU R\$ 88.932,34, etc. Comparadas às mesmas despesas de 2014, houve variação de 1.125,73%, por que em 2014 não foram efetuadas despesas de custeio para obtenção de licenças ambientais;

3.26 – DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO: R\$ 13.165.240,64 - Correspondem as despesas apropriadas referentes depreciação dos bens móveis próprios, amortização de bens imóveis de terceiros e amortização de intangíveis, com relevância: Amortização dos intangíveis R\$ 8.660.852,31, relativos a projetos para licenciamentos ambientais, projetos de origem e destino de cargas e passageiros, bem como projeto estudo e pesquisa com característica da demanda de transportes de

4 -  11

 **NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO DE 2015**

cargas no Brasil; Amortização de instalação em bens de terceiros R\$ 528.832,32; Amortização de cessão de uso de software: R\$ 2.023.046,42, depreciação de bens móveis : R\$ 1.462.967,98, depreciação de mobiliário-R\$ 228.851,16, etc., Variação de 61,23% considerando que essa depreciação/amortização foi aplicada tanto sobre os bens existentes em 31.12.2014, como os adquiridos em 2015. A variação de 61,23% acima, corresponde a comparação entre o valor das despesas com depreciação/amortização do exercício de 2014 – R\$ 8.165.440,77 e o valor das despesas com depreciação/amortização de 2015 – R\$ 13.165.240,64;

3.27 - PROVISÃO PARA QUESTÕES CÍVEIS: R\$ 1.217.763,90 – Ação em trâmite junto à Justiça Federal da Seção judiciária do DF 1ª Região;

3.28 PROVISÕES PARA QUESTÕES TRABALHISTAS: R\$ 366.580,09 correspondentes a processos judiciais trabalhistas, impetrados junto ao Tribunal Regional do Trabalho – 10ª Região;

3.29 – RECEITAS FINANCEIRAS: R\$ 1.715.631,70 - Corresponde aos ganhos em 2015 de R\$ 738.059,93 sobre aplicação financeira efetuada na Caixa Econômica Federal, agência governo, em novembro de 2012, dos R\$ 5.000.000,00 relativos a integralização inicial do Capital Social da ETAV, variação de 35,93% no comparativo 2014/2015; Multa aplicada à empresa ASC Service Segurança Ltda-R\$ 424,78; Multa aplicada à empresa SERVILIMPE-R\$ 14.465,36, 4 Multas aplicadas à empresa Axiomas Brasil Pesquisa Cursos e Consultoria Ltda-me, no total de R\$ 962.680,64, conforme processo 50840.000699/2014-06 e 50840.000358/2014-22, e descontos obtidos R\$ 0,99. No total das receitas financeiras, a variação foi de 209,72%, considerando que além do acréscimo das receitas de aplicação financeira, houve receita de R\$ 977.570,78 com multas recebidas;

3.30 – DESPESAS FINANCEIRAS: R\$ 4.028.085,70 – Corresponde basicamente às despesas contabilizadas relativas a atualização pela taxa SELIC, dos repasses efetuados pela União como AFAC-Adiantamento para Aumento de Capital, em cumprimento ao Decreto 2.673/98. Esse valor corresponde aos juros incidentes sobre os créditos de acionistas existentes em 31.12.2014, bem como os aplicados sobre os créditos recebidos em 2015, gerando um acréscimo de 410,16%;

3.31 – RECEITA NÃO OPERACIONAL: R\$ 1.121.748,70 – Corresponde a diferença entre o valor de R\$ 2.813.695,28 ressarcido pela concessionária face transferência da licença ambiental adquirida junto ao IBAMA para duplicação da BR 050 trecho Goiás/Minas Gerais e o valor residual do bem, de R\$ 1.691.946,58.



EPL NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO DE 2015

3.32 – DESPESAS DE CUSTEIO COM ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA: R\$ 3.368.821,93 – Correspondem às despesas como passagens, diárias, consultores, bolsistas, etc., consideradas como de custeio constantes das prestações de contas apresentadas pelas entidades acordadas, a seguir:

- a)-PNUD NRA – Contrato 001/2013-R\$ 1.114.309,68;
- b)-Departamento de Polícia Rodoviária Federal - Contrato 04/2013-1.621.115,45
- c)-IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-Contrato 002/2013 - R\$ 451.100,00;
- d)-FUB Fundação Universidade de Brasília-Contrato 003/2013 - R\$ 182.296,80;

3.33 – PREJUÍZOS: R\$ 19.162.594,35 – Ocasionado principalmente pelas apropriações de despesas não financeiras e outras cujas receitas para seu custeio, aconteceram em exercícios anteriores, a saber:

a)-Amortização de Intangíveis –	R\$ 8.674.987,75
b)-Amortização de instalações em bens de terceiros	R\$ 528.832,32
c)-Amortização de Software –	R\$ 249.464,64
d)-Depreciação de Bens Móveis-	R\$ 3.726.091,37
e)-Despesas Custeio Acordos Cooperação Técnica-	R\$ 3.368.316,93
f)-Atualização Monetária dos Créditos de Acionista-	R\$ 4.027.245,42
g)-Provisões para Férias e Encargos correspond.-	R\$ 1.264.580,27
h)-Provisão para Causas Trabalhistas	R\$ 366.580,09
i)-Provisões para causas cíveis -	R\$ 1.217.763,90
Total	R\$ 23.423.862,69

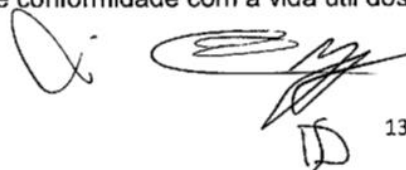
ESTAS DESPESAS CORRESPONDEM:

a-Amortização de Intangíveis R\$ 8.674.987,75, corresponde a despesas apropriadas com amortização das imobilizações classificadas como intangíveis, a base 20% ao ano, de conformidade com o Regulamento do Imposto de Renda, decreto 3.000/99, o qual determina esse percentual e os percentuais dos bens a baixo, com base na vida útil de cada bem;

b-Amortização de Instalações em Bens de Terceiros – R\$ 528.832,32 a despesas apropriadas em 2015 com amortização a base 20% ao ano, das instalações que a EPL efetuou no Edifício se desta empresa;

c-Amortização de Software – R\$ 249.464,64, corresponde a despesas apropriadas em 2015, com amortização das imobilizações com Software, 20% ao ano;

d-Depreciação com bens móveis – R\$ 3.726.091,37, corresponde a despesas apropriadas em 2015, derivadas da aplicação de taxas de depreciação aplicada de forma linear, variando de 10% a 3,33% de conformidade com a vida útil dos mesmos;



13

e-Despesas de Custeio Acordos de Cooperação Técnica – R\$ 3.368.316,93, corresponde as despesas apropriadas das prestações de contas das entidades acordadas a cima, classificadas como de custeio e cobertas com recursos de custeio;

f-Atualização Monetária dos Créditos de Acionistas – R\$ 4.027.245,42, corresponde a correção dos repasses como AFAC-Adiantamento Para Aumento de Capital, contabilizados como crédito para aumento de capital, com aplicação da variação da taxa SELIC, nos termos do decreto 2.673/98;

g-Provisões para Férias e os Encargos Correspondente – R\$ 1.264.580,27, corresponde ao valor apropriado como provisão para férias, pelo regime de competência à base de 1/12 ao mês trabalhado por cada Diretor e colaboradores, de conformidade com a legislação do IR;

h-Provisão para Causas Trabalhista – R\$ 366.580,09, corresponde a ao valor das despesas provisionadas para atender ações trabalhistas movidas contra a EPL, consideradas de riscos possíveis;

i)-Provisões para causas cíveis - R\$ 1.217.763,90, corresponde ao valor provisionado para atender as despesas com possíveis perdas na ação cível movida pela empresa Centro de Pesquisas Avançadas Wener Von Braun, processo nº 0072590-04-2014.4.01.3400;

3.34 – BENEFÍCIOS CONCEDIDOS: R\$ 1.168.225,55 - De conformidade com CPC-Comitê de Pronunciamento Contábil, relacionamos abaixo os benefícios que os colaboradores receberam em 2015:

a) – Auxílio Transporte a empregados e estagiários	R\$ 19.840,50
b) – Auxílio Alimentação	R\$ 755.876,27
c) – Assistência Médica	R\$ 276.683,03
d) – Adicional por Tempo de Serviço (Pessoal requisitado com ônus)	R\$ 90.680,74
e) – Plano de Previdência Complementar	R\$ 25.145,01
TOTAL	R\$ 1.168.225,55

3.35 – QUADRO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO SALARIAL EPL:

Relação	Gratificação			Benefícios			
				Saúde			Refeição
	Menor	Maior	Média	Menor	Maior	Média	
Conselheiros	2.927,43	2.927,43	2.927,43	0,00	0,00	0,00	0,00



14



Empresa de Planejamento e Logística

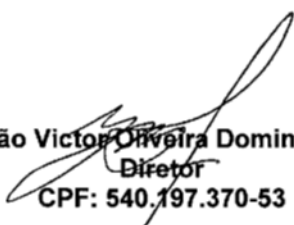


NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2015

Diretores	29.274,26	29.274,26	29.274,26	0,00	0,00	0,00	429,00
Demais	2.750,00	22.000,00	10.775,77	108,29	613,00	129,50	429,00

3.36 – FLUXO DE CAIXA: Elaboramos o Fluxo de Caixa, considerando os recursos recebidos da União para custeio e para investimentos como atividade de financiamento, conforme recomendação constante na Ata da Assembleia Geral de Acionista, porém as despesas de custeio e as receitas próprias, consideramos como atividade operacional.


Daniel Sigelmann
Diretor Presidente
CPF: 021.484.577-05


João Victor Oliveira Domingues
Diretor
CPF: 540.197.370-53


Yolanda Correa Pereira
Diretora
CPF: 214.509.942-53


Francisco Antonio Martins
Contador
CRC - MA-001855/O-8-T